

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/676>. Acesso em: 29 out. 2025.

Referência

ALIAGA FUENTES, Maribel Del Carmen (org.). **Mulheres indígenas e a diversidade cultural brasileira**: história, violência e resiliência. Brasília: IAB-DF, 2025. *Ebook* (106 p.). Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/676>. Acesso em: 29 out. 2025.

MULHERES INDÍGENAS E A DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA

História, Violência e Resiliência



lab.
mulheres
arquitetura | território

MULHERES INDÍGENAS

E A DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA

História, Violência e Resiliência

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Ministra de Estado das Mulheres: Márcia Helena Carvalho Lopes
Secretária Executiva: Eutália Barbosa Rodrigues Naves
Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres:
Estelizabel Bezerra de Souza

Diretora de Proteção de Direitos: Terlúcia Maria da Silva
Apoio técnico: Roosevelt Moldes de Castro e Rayssa dos Santos Garcez

Agradecimentos: Aparecida Gonçalves, Denise Motta Dau, Pagu Rodrigues da Silva e Bárbara Antunes da Silva

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor: Márcio Muniz de Farias
Decana de Pesquisa e Inovação: Renata Aquino da Silva
Decanato de Pós Graduação: Roberto Goulart Menezes

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UnB

Diretor da FAU: Caio Frederico e Silva
Vice Diretoria da FAU: Ricardo Trevisan
Coordenadora de Pós-Graduação: Carolina Pescatori

LAB. MULHERES ARQUITETURA E TERRITÓRIO

Coordenadora Geral: Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes
Vice-Coordenador: Valmor Cerqueira Pazos
Supervisora Acadêmica: Carolina Pescatori
Pesquisadoras:
Amanda Bezerra do Santos Pankararu
Caroline Cabral Rocha Bertol
Érika Stella Silva Menezes
Luiza Rego Dias Coelho
Sara Merhj
Richard Vanderlan Duque
Bolsistas de Graduação:
Carla Castro Rocha
Emilly Freire Gomes
Jessica Ellen da Silva



UnB



Realização: Laboratório Mulheres, Arquitetura e Território

Organização: Maribel Aliaga Fuentes

Autoria: Maribel Aliaga Fuentes, Valmor Cerqueira Pazos, Carolina Pescatori, Amanda Bezerra do Santos Pankararu, Caroline Cabral Rocha Bertol, Érika Stella Silva Menezes, Luiza Rego Dias Coelho, Sara Merhj, Carla Castro Rocha, Emilly Freire Gomes, Jessica Ellen da Silva

Produção e design gráfico: Emilly Freire Gomes, Carla Castro Rocha, Jéssica Ellen da Silva, Sara Merhj.

Elaboração dos mapas: Carla Castro Rocha, Jéssica Ellen da Silva.

Conselho Editorial: Ana Gabriela Godinho Lima, Joana A. Fernandes Silva, Marta Adriana Bustos Romero

Gestão administrativa financeira: Fundação de empreendimentos científicos tecnológicos

1ª Edição

IAB-DF Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Distrito Federal
SCS Quadra 2, Bloco D - ed. Oscar Niemeyer, Sala 207, Brasília
contato@iabdf.org.br | www.iabdf.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres indígenas e a diversidade cultural
brasileira [livro eletrônico] : história,
violência e resiliência / organização Maribel
Del Carmen Aliaga Fuentes. -- Brasília, DF :
IAB-DF, 2025.
PDF

Várias autoras.
ISBN 978-65-81385-04-0

1. Acolhimento 2. Cultura indígena 3. Diversidade
cultural 4. Inclusão social - Brasil 5. Mulheres
indígenas 6. Políticas públicas - Brasil 7. Violência
de gênero I. Fuentes, Maribel Del Carmen Aliaga.

25-274213

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres indígenas : Aspectos socioculturais
980.41

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

01 PRÉ-TEXTO

07 INDÍGENA ESSE NOSSO
DESCONHECIDO

16 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
BRASILEIRO CARTOGRAFADO

17 ETNIAS
E DIVERSIDADE

27 TERRA
E TERRITÓRIO

35 BRASIL,
UM PAÍS MULTILÍNGUE

43

**COSMOLOGIA
E NOÇÃO DE PESSOA**

51

**O PENSAMENTO
CIRCULAR**

53

**ESPAÇO DE ENCONTROS,
SABERES E RESISTÊNCIA**

63

**MULHERES INDÍGENAS
VIOLÊNCIAS HISTÓRICAS**

73

ACOLHIMENTO

79

SIGLAS

PRÉ-TEXTO

Em dezembro de 2024, foi formalizado um acordo de cooperação entre o Ministério das Mulheres e a Universidade de Brasília, especificamente com o LAB Mulheres (Laboratório - Mulheres, Arquitetura e Territórios), grupo de pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O convênio estabelecido teve como objetivo a elaboração de diretrizes, estudos preliminares e o projeto executivo arquitetônico para a Casa da Mulher Indígena (CAMI), além do desenvolvimento de produtos educacionais colaborativos e a fiscalização técnica de projetos executivos.

Um dos pontos centrais deste acordo é a produção de um documento de apoio e letramento destinado a profissionais de Arquitetura e Urbanismo e áreas afins. Este documento, em conjunto com as oficinas realizadas, visa fornecer subsídios para a definição das diretrizes que nortearão o serviço da Casa da Mulher Indígena (CAMI). A pesquisa, entre outras coisas, inclui o planejamento e a execução de ações necessárias para a elaboração das diretrizes, dos estudos preliminares e do projeto executivo arquitetônico, bem como a produção de materiais educacionais colaborativos e a fiscalização técnica de tais projetos. Adicionalmente, foram realizadas ações de capacitação e letramento sobre a realidade das mulheres e populações indígenas, direcionadas a profissionais, pesquisadores e demais envolvidos no processo.

Destaca-se a colaboração do Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás (UFG), liderado pela professora Joana Aparecida Fernandes Silva, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), no processo de letramento da equipe, o Núcleo contribuiu com expertise em seis aulas: diversidade cultural, histórica, linguística, terras indígenas, além de ontologias, saúde indígena e a noção de pessoa.

Nossos encontros iniciaram com uma introdução às noções básicas para etnologia e, ao enfrentamento do nosso desconhecimento sobre o tema. Na aula sobre Terras Indígenas, aprendemos o conceito de território e sua importância para existência dos povos indígenas. Em ontologias, e noção de pessoa, entendemos a relação dos corpos com a natureza e como esta relação se dá de maneira coletiva.

Na aula sobre Línguas Indígenas Brasileiras, vimos o processo de ocupação do território brasileiro, os deslocamentos e a importância da língua não apenas como pertencimento, mas também como defesa. Aprendemos com a experiência da formação Aldeia Intercultural do Núcleo Takinahaky, como é um processo intercultural na criação de espaços.

Na aula sobre Mulheres, protagonismo e violência doméstica, ouvimos os duros relatos e as pesquisas sobre o tema.

O último encontro foi com Pagu Rodrigues, com sua aula “Violência de Gênero e Colonialismo no Brasil: uma análise histórica”, que nos mostrou todo o processo colonizador e a violência contra os povos indígenas e principalmente, contra as mulheres.

Este processo foi uma imersão no conhecimento, que aqui aparece em forma de cartilha, compilada e editada pela equipe do LAB Mulheres, Arquitetura e Território. Usamos para esta apresentação o nome de pré-texto, porque a ideia do letramento surge como esse subterfúgio para entender o tema e tentar, na medida do possível, transmitir este conhecimento. Esperamos que seja um guia inicial de compreensão deste universo que são os povos indígenas.

MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES

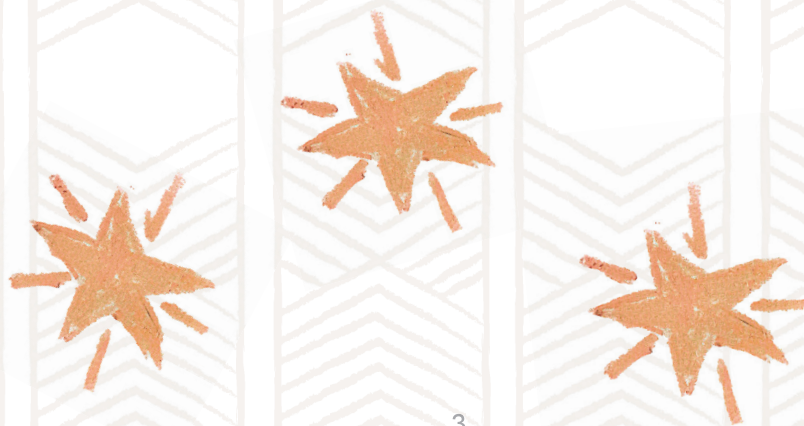


Figura 3 – Aprendendo com a ancestralidade



AULAS DE APOIO À ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Introdução às noções básicas para etnologia.

Joana Fernandes

Terras Indígenas

Joana Fernandes

Ontologias: saúde indígena e ontologias, e noção de pessoa.

Anderson Siminrhu Xerente, Koria Valdiane Tapirapé.

Línguas Indígenas Brasileiras

Monica Veloso

Interculturalidades e Aldeia Intercultural Takinahaky.

Alexandre Herbetta

Mulheres, protagonismo e violência doméstica.

Eliana Karajá Ammhak Tapirapé, Eliana Karajá

Violência de gênero e colonialismo no Brasil: uma análise histórica.

Pagu Rodrigues

INDÍGENA ESSE NOSSO DESCONHECIDO¹



Figura 4 - União à luta

¹ O título deste tópico é uma homenagem à Joana Fernandes, que nos guiou por um curso de letramento indígena, para que pudéssemos mergulhar no tema e transmiti-lo de modo simples a profissionais de diversas áreas. FERNANDES, J. Índio, esse nosso desconhecido. [s.l.]: UFMG, Editora Universitária, 1993.

A compreensão da realidade indígena no Brasil exige uma abordagem crítica e descolonizadora, que reconheça a diversidade e a dinamicidade dos povos indígenas. O olhar sobre os povos indígenas no Brasil foi historicamente distorcido por estereótipos e preconceitos. Reduzidos a figuras folclóricas ou selvagens, sua rica diversidade e protagonismo foram obscurecidos. A mulher indígena, por exemplo, é central na formação cultural e social do país, porém, teve seu papel frequentemente limitado à miscigenação. A teoria da aculturação, hoje questionada, impôs uma visão de perda cultural, ignorando a resiliência e a capacidade de adaptação desses povos. Desconstruir este racismo é essencial para reconhecer a complexa realidade indígena.

Compreender a intrincada construção histórica de estereótipos indígenas no Brasil, principalmente o papel fundamental das mulheres indígenas ao longo do processo, exige de nós um ferramental ao qual não temos acesso fácil. O mundo tal qual o conhecemos é de alguma forma uma construção histórica recheada de preconceitos e desconhecimentos, nada mais usual do que imaginar o outro como selvagem, lidando com a nossa própria barbárie, pois “Bárbaro é, antes de tudo, o homem que acredita na barbárie”².

As representações negativas dos povos indígenas ao longo do tempo perpetuaram visões estereotipadas que os retratavam como “vulgares, anormais e selvagens”. Essa análise abrange desde os primeiros relatos de viajantes e cronistas até o discurso eurocêntrico que marginalizou e silenciou o protagonismo indígena. Outro discurso recorrente é o da inferioridade, um olhar eurocêntrico que transformava indígenas em “bestas” ou “monstros” irracionais. Temos também o discurso da “infância da humanidade” defendendo uma tutela interventora por parte da sociedade civilizada. Outro discurso recorrente é o folclórico e genérico que reduz os indígenas a figuras cômicas e estereotipadas. Todos estes discursos têm a função do silenciamento e apagamento e da exclusão do protagonismo indígena na história do país.

Darcy Ribeiro³, em seu livro ‘O povo brasileiro’, evidencia o papel crucial da mulher indígena na viabilização da colonização e na formação da população, o que permitiu aos povoadores europeus estabelecerem-se e

gerarem descendência com as mulheres indígenas, aprendendo a língua e os costumes locais. Tais mulheres, vítimas de inúmeras violências, não eram mais consideradas indígenas, portanto, buscavam um lugar na nova sociedade, encontrando no catolicismo o lugar de fieis. Para o autor, elas seriam as "implantadoras do catolicismo popular santeiro no Brasil".

O CUNHADISMO

"A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo." (RIBEIRO, 1996, p. 81)

Como podemos observar, a representação das mulheres indígenas nas referências está fortemente ligada à sua participação na miscigenação e na formação biológica e cultural do Brasil. Elas são apresentadas como figuras centrais na dinâmica populacional e cultural da colônia, especialmente devido à demografia da época.

2 Frase do antropólogo, filósofo Claude Lévi-Strauss, aparece no livro *Raça e História* de 1952.

3 DARCY, Ribeiro. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*/Darcy Ribeiro. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O processo de apagamento dos povos indígenas, passa também pela discussão sobre a teoria da aculturação. Embora historicamente relevante, apresenta limitações significativas na compreensão da dinâmica cultural dos povos indígenas no Brasil. A visão da cultura como um bloco homogêneo e estático, que se perde gradualmente no contato com a sociedade nacional, não reflete a complexidade e a resiliência das culturas indígenas. Essa perspectiva influenciou políticas indigenistas que buscavam a integração forçada e a assimilação, resultando em graves impactos para as comunidades indígenas.

A antropologia contemporânea refuta a teoria da aculturação, reconhecendo a diversidade e a dinamicidade das culturas indígenas. A mudança e a transformação são inerentes à continuidade cultural, e a adoção de novos elementos não implica necessariamente na perda da identidade étnica. Os povos indígenas demonstram uma capacidade notável de adaptar-se e de ressignificar elementos externos, mantendo sua identidade e especificidades.

A noção de "índio de verdade", frequentemente associada a estereótipos e imagens idealizadas, é problemática e excludente. Essa visão essencialista desconsidera a diversidade fenotípica, cultural e histórica dos povos indígenas, além de negar sua essência e capacidade de adaptação. A identidade indígena não se restringe a traços culturais específicos ou a um modo de vida tradicional, mas se manifesta de diferentes formas e contextos.

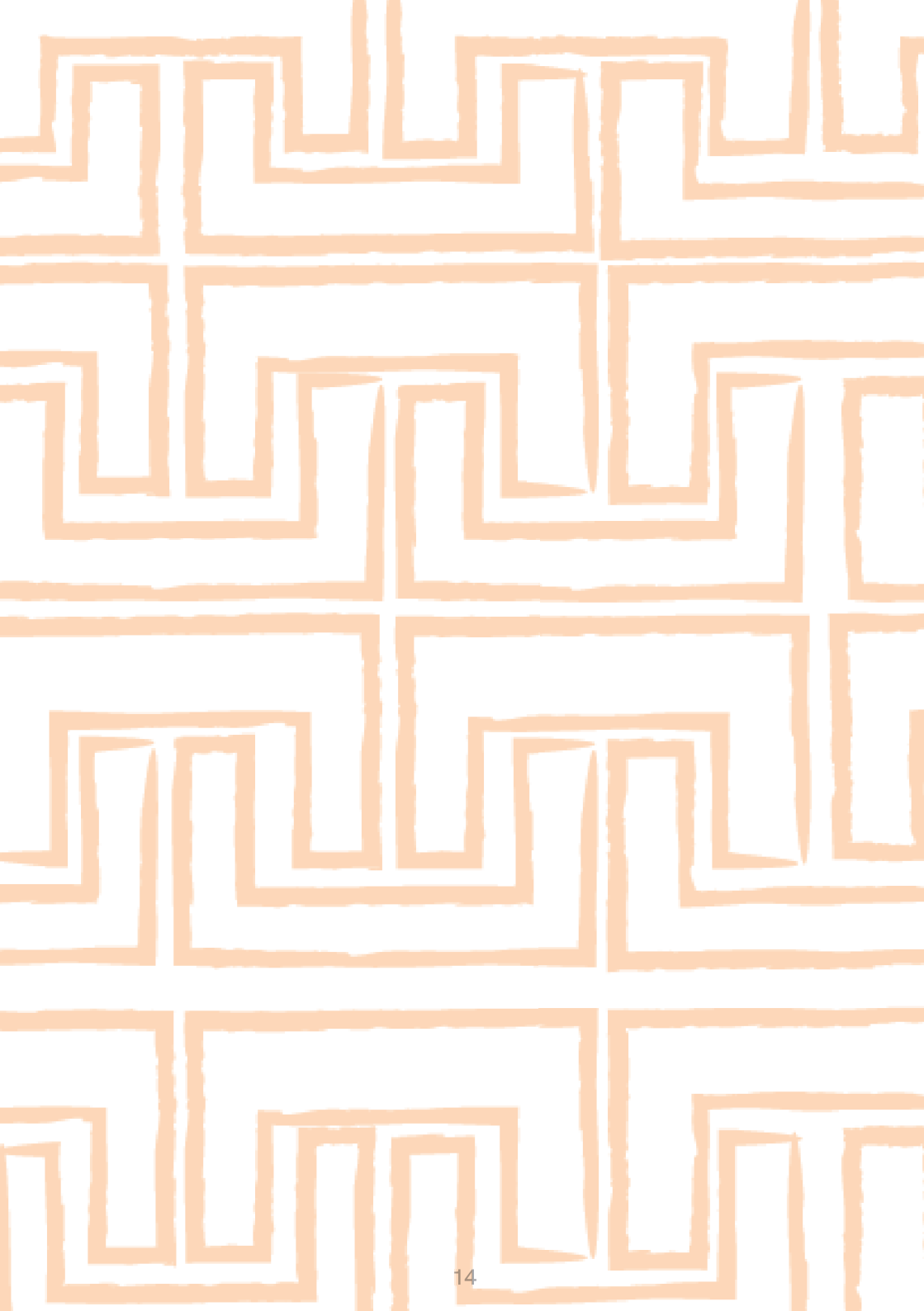
POR QUE A ANTROPOLOGIA ABANDONA ESSES CONCEITOS?

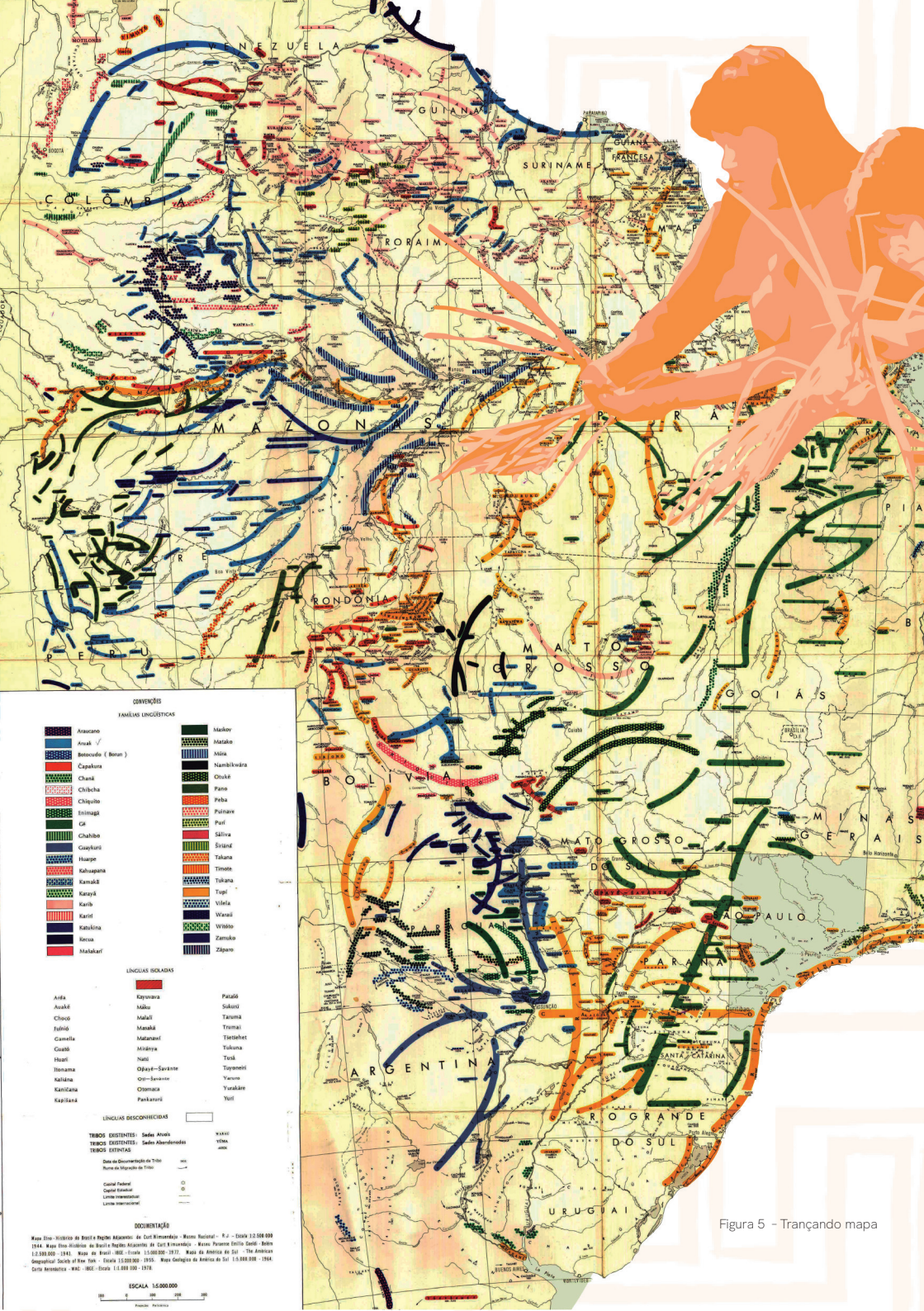
“Abandona por um motivo muito simples: pela constatação de que inúmeras sociedades indígenas após quatro séculos de contato não desapareceram como seria previsível. Essas sociedades sofreram transformações decorrentes de seu processo histórico, mas persistiram e persistem diferenciadas da sociedade nacional. Então a perda ou aquisição de traços não explica a persistência das sociedades indígenas, mesmo que modificadas por essas alterações.” (FERNANDES, 1993, p. 18)

As leituras etnocêntricas do mundo contribuíram, ao longo dos séculos, para legitimar um processo contínuo de violência e extermínio, desde a chegada dos europeus até os dias atuais. Dentre tantas outras mazelas, as guerras biológicas que propagaram intencionalmente doenças, além de gerar violência física e simbólica, foram utilizadas como instrumentos de dominação e de desterritorialização. A resistência e a resiliência dos povos indígenas são evidentes, mas é fundamental reconhecer e denunciar o genocídio contínuo.

"Encontramos uma epidemia de sarampo com todas as misérias que ele arrasta consigo, dizimando os índios, um horror. No último mês percorri cinco aldeias, uma ainda não estava afetada e todas as outras desertas, índios na mata fugindo da peste e levando-a consigo. Em muitas não havia uma só pessoa capaz de trazer alimentos das roças que deixaram para trás na fuga desesperada, nem de caçar e de pescar e morriam à fome." (RIBEIRO, 1996:104)⁴

4 Para saber mais sobre a cronologia das epidemias nos indígenas brasileiros, veja: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/node/53>





A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO CARTOGRAFADO POR CURT NIMUENDAJÚ



acesse o mapa
completo aqui!

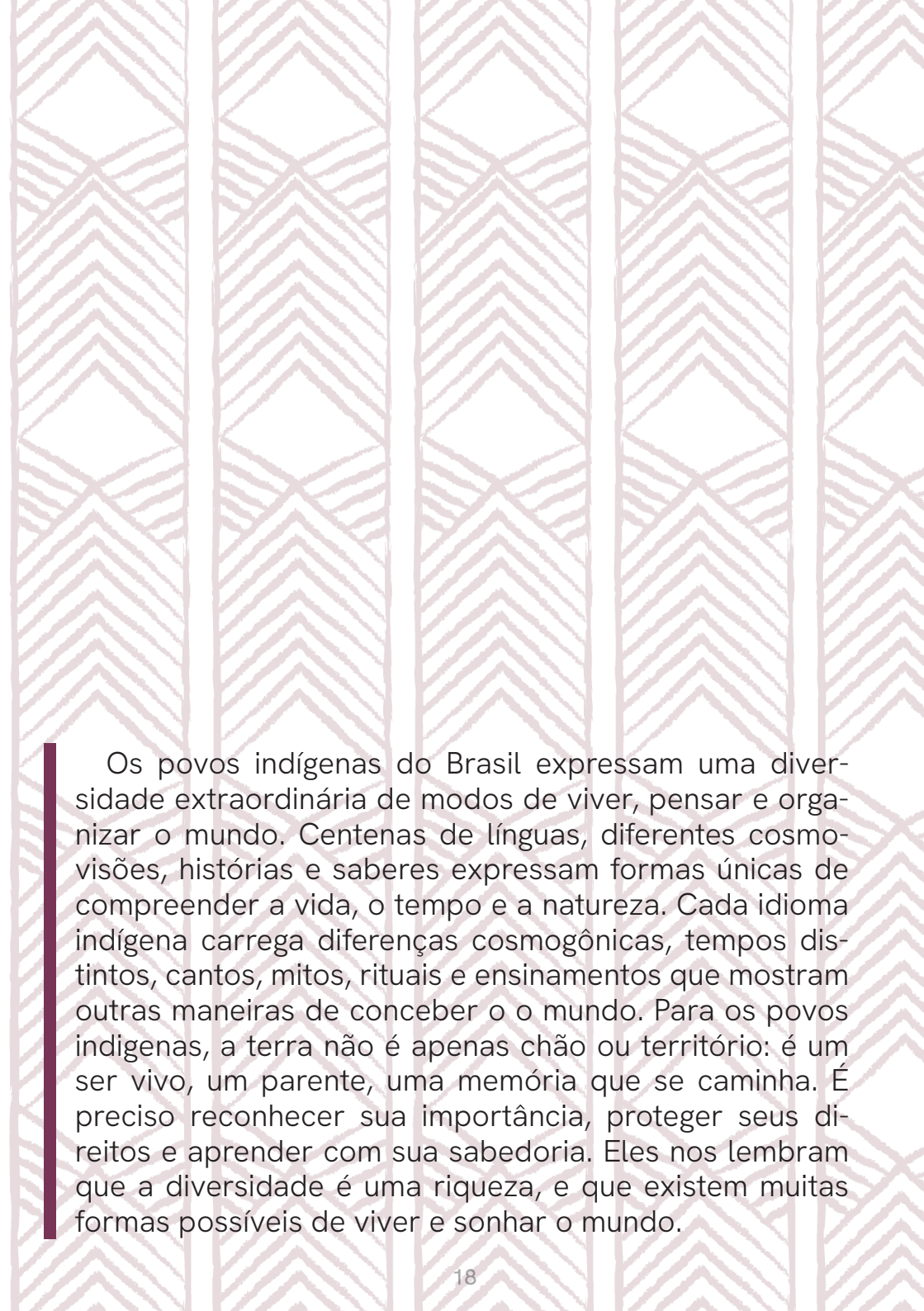


Os mapas históricos e etnográficos, como os de Curt Nimuendajú, constituem importantes instrumentos para a compreensão da distribuição e da dinâmica dos povos indígenas no território brasileiro. Esses mapas revelam a diversidade linguística e cultural, assim como os processos de migração e de contato entre diferentes grupos. A sobreposição dessas representações com dados atuais, como os do Instituto Socioambiental (ISA), evidencia o impacto da colonização e do extermínio na configuração territorial dos povos indígenas.

ETNIAS E DIVERSIDADE



Figura 6 – Mulheres Diversas



Os povos indígenas do Brasil expressam uma diversidade extraordinária de modos de viver, pensar e organizar o mundo. Centenas de línguas, diferentes cosmovisões, histórias e saberes expressam formas únicas de compreender a vida, o tempo e a natureza. Cada idioma indígena carrega diferenças cosmogônicas, tempos distintos, cantos, mitos, rituais e ensinamentos que mostram outras maneiras de conceber o mundo. Para os povos indígenas, a terra não é apenas chão ou território: é um ser vivo, um parente, uma memória que se caminha. É preciso reconhecer sua importância, proteger seus direitos e aprender com sua sabedoria. Eles nos lembram que a diversidade é uma riqueza, e que existem muitas formas possíveis de viver e sonhar o mundo.

Atualmente, o Brasil abriga uma das maiores diversidades socioculturais indígenas do planeta. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2023), mais de 305 povos indígenas vivem no território nacional, falando ao menos 274 línguas distintas. Essa impressionante pluralidade linguística vai além da função comunicativa: ela expressa universos próprios, marcados por cosmologias singulares, formas específicas de organização social e modos diversos de compreender a existência (KOPENAWA; ALBERT, 2010).

Em um contexto de crescentes ameaças territoriais e culturais, reunir dados sobre essas populações é também afirmar seu direito à continuidade e à autodeterminação. Fazer levantamento dos povos, portanto, ultrapassa o caráter estatístico: ele é também um gesto político e ético de valorização da diversidade epistêmica e do direito desses povos a manterem vivas suas línguas, memórias e modos de vida.

Cada língua indígena é mais do que um sistema de comunicação, é um território de memória, onde habitam saberes ancestrais e formas próprias sobre o tempo, o corpo e a natureza. Elas contêm compreensões próprias do tempo, do corpo, da natureza e do sobrenatural, frequentemente em tensão com os modelos de racionalidade ocidental (TURNER, 1992). Em seus cantos e narrativas, são reveladas as origens do cosmos, os gestos que moldaram a paisagem e os vínculos profundos entre humanos, espíritos, animais e demais seres da floresta. Preservar essas línguas é, portanto, preservar modos de vida que oferecem contribuições valiosas e alternativas

às crises contemporâneas, reafirmando a diversidade de perspectivas sobre o que significa ser humano.

"A organização social Boe Remawuge se dá pela justaposição de dois clãs denominados de Ecerae Tugarege. Cada clã possui ainda quatro sub clãs, sendo eles distribuídos da seguinte forma: Paiwoe (Os Bugios), Apiborege (Donos do Acuri), Iwagudu (As Gralhas) e Aroroe (As Larvas) pertence aos Tugarege. Já Kie (As Antas), Bokodori (Os Tatus-Canastras), Baadojeba (Os Construtores das Aldeias) e Bakororo (Os Construtores de Aldeias) pertencem ao Ecerae. Os clãs são herdados a partir da mãe, logo, é uma etnia matrilinear onde o clã da mãe é repassada ao filho ou à filha. As uniões matrimoniais devem seguir a seguinte regra: os casamentos não podem ser do mesmo clã, devem ser com o clã oposto Ecerae com Tugarege, porque considera um casal que não condiz com a lei da reciprocidade." (Ekureu, Lauro, 2018:208)

Aprofundar-se na concepção indígena de território implica ultrapassar os limites da geografia física e qualquer tentativa de mapeá-los. A terra não é entendida como um recurso a ser explorado, mas como um ente vivo, um ser de relação, um parente. Rios, florestas, montanhas, trilhas ancestrais e lugares sagrados integram um sistema territorial que entrelaça espiritualidade, história e identidade (KOPENAWA; ALBERT, 2010). Nessa perspectiva, o território é também memória, é presença ancestral e continuidade de vida.

Figura 2 - Constelação Kaynarú



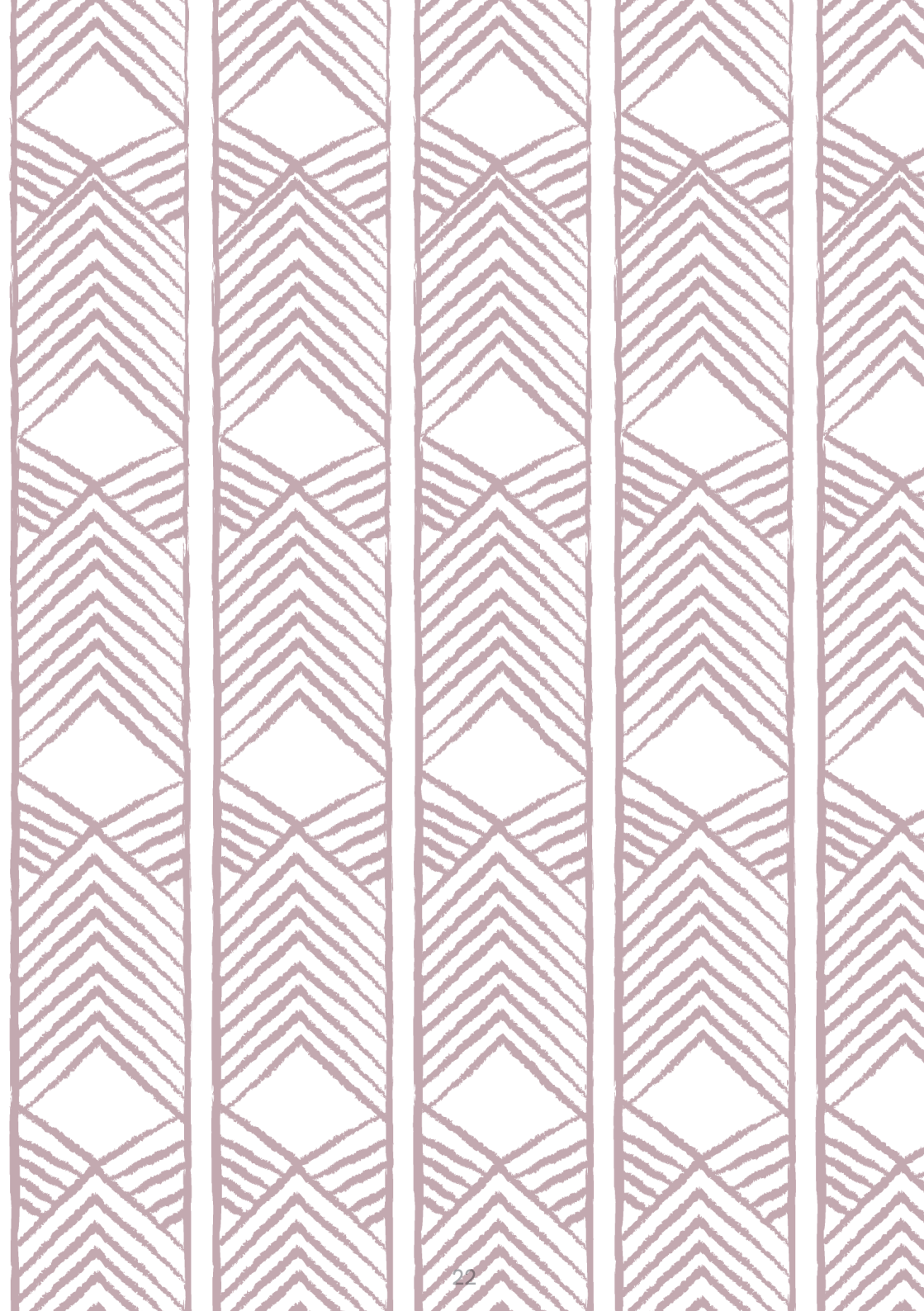


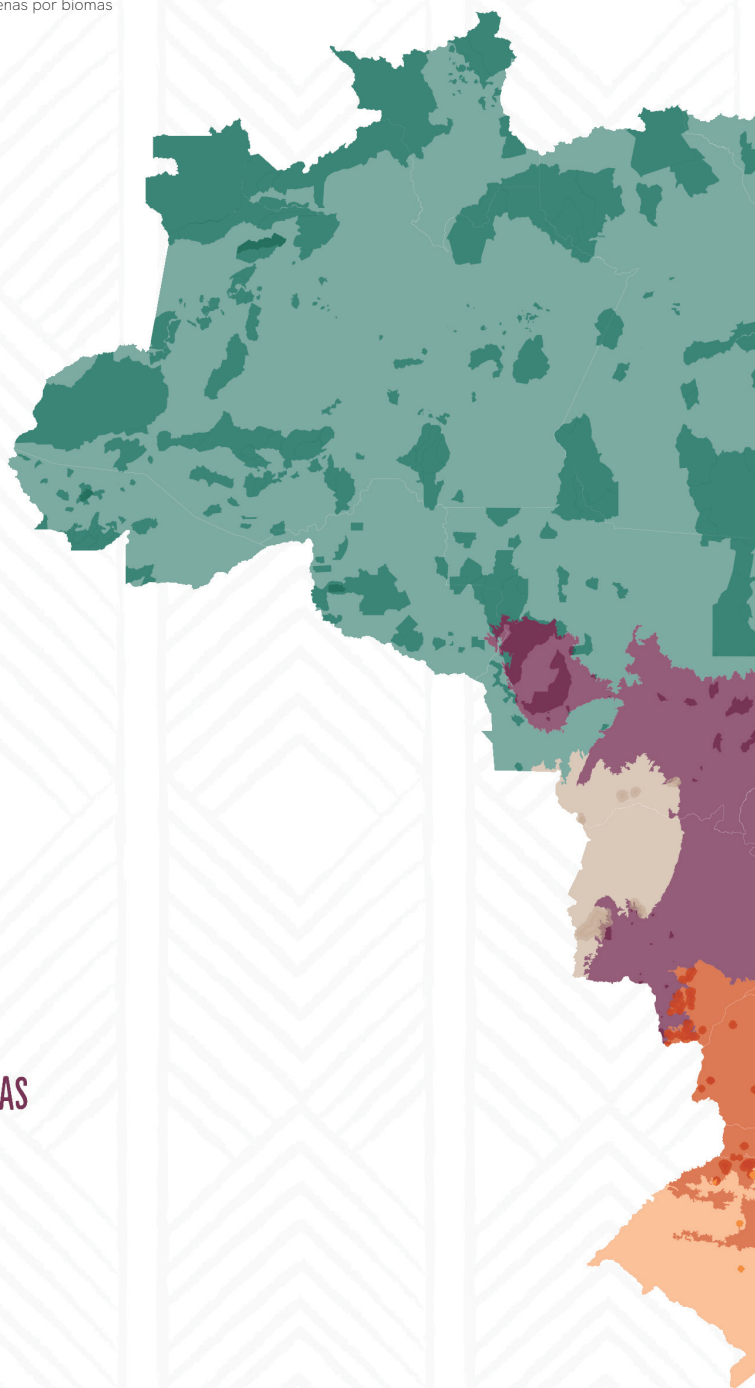
Figura 7 - Mapa: Territórios indígenas por biomas

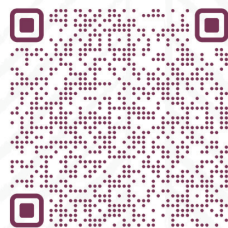
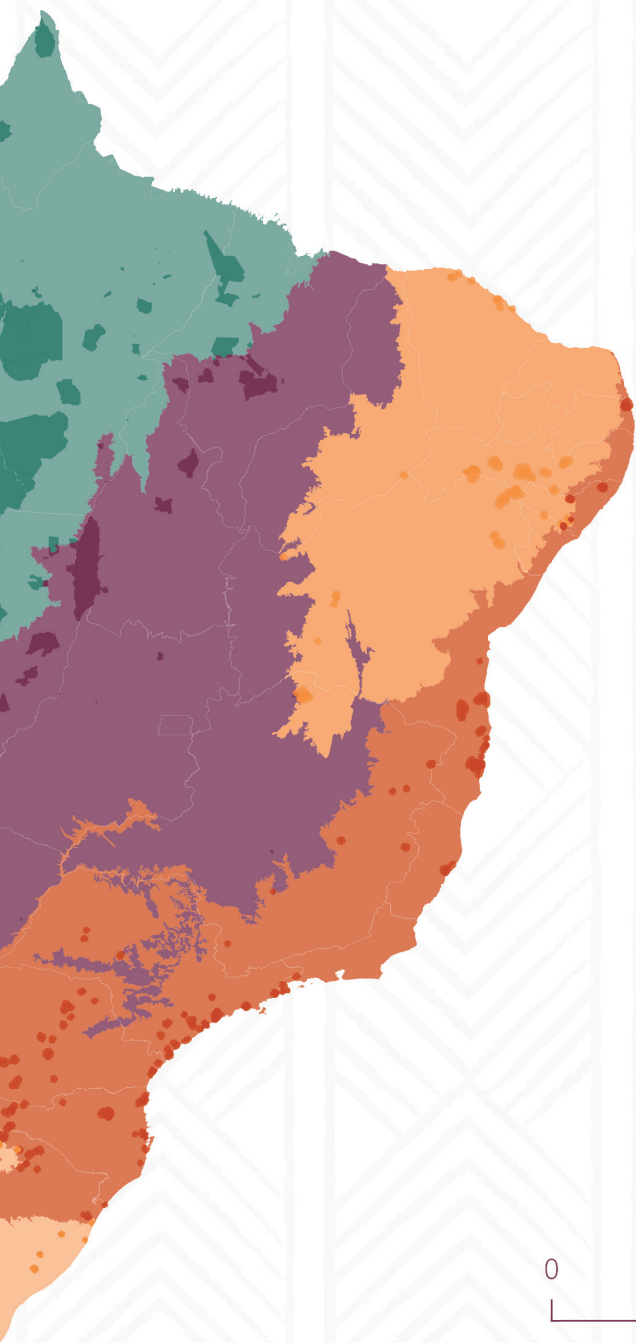
BIOMAS

- Amazônia
- Mata Atlântica
- Cerrado
- Caatinga
- Pampa
- Pantanal

TERRAS INDÍGENAS

- Amazônia
- Mata Atlântica
- Cerrado
- Caatinga
- Pampa
- Pantanal





acesse o mapa
completo aqui!



0 500 1000 km

TERRA E TERRITÓRIO



Figura 9 – Permeado territórios.



Em 1944, o mapa do Brasil desenhado pela equipe de Curt Nimuendajú revelava uma rica tapeçaria de 230 povos indígenas, cada um com sua cultura e língua únicas. Essa diversidade linguística não se limitava à comunicação, mas representava um baluarte de resistência e identidade, carregando símbolos e significados que moldavam a visão de mundo de cada grupo. A luta pela terra, desde a chegada dos colonizadores, está intimamente ligada à sobrevivência cultural e linguística. O território, para esses povos, transcende a produção material, abrangendo história, ancestralidade e, principalmente, a língua como elo vital com sua identidade.

Como é possível observar no mapa de 1944, antes de o país se tornar o Brasil “Moderno” que conhecemos, tinha em seu território uma vasta diversidade étnica, cada um com suas próprias particularidades socioculturais. Esta diversidade manifesta-se em uma miríade de línguas, costumes, práticas tradicionais e histórias distintas. A língua, para os povos indígenas, transcende a mera comunicação, constituindo-se como um vetor de resistência e defesa cultural. Ela é portadora de um rico conjunto de símbolos e significados que moldam a identidade e a cosmovisão de cada grupo.

Desde a chegada do “descobridor”, os povos indígenas travam uma luta histórica pela proteção de seus territórios, enfrentando a resistência de fazendeiros, políticos e outros grupos de interesse. Essa luta pela terra é, fundamentalmente, uma luta pela sobrevivência física, alimentar e cultural, pela garantia de seus direitos e pela preservação de seu modo de vida tradicional.



Figura 10 - Bacabá

TERRA E TERRITÓRIO

"o conceito de terras não permite que se abarque a relação que esses povos têm com o espaço onde vivem, território indígena é o termo mais adequado, pois deixa implícita uma multiplicidade de sentidos atribuídos ao local de sobrevivência de um povo, muito além de um simples local de realização da produção. Território sugere a apropriação de um espaço e não a posse privada de uma terra; sugere também o elo com uma história, que por vezes remonta a tempos míticos, a ancestralidade mítica e a ancestralidade biológica." (SILVA, 2012:47)

O agronegócio, garimpo e os grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, exercem impacto sobre a vida dos povos indígenas. Estes empreendimentos frequentemente resultam na perda de recursos naturais, contaminação de água e solo, deslocamento forçado de comunidades e intensificação da violência, configurando uma grave ameaça à sua sobrevivência física e cultural. Os povos indígenas no Brasil enfrentam um alarmante índice de violência, que se manifesta em assassinatos, ameaças de morte e ataques armados. Esta violência está frequentemente relacionada a conflitos de terra e à disputa por recursos naturais, expondo a vulnerabilidade e a marginalização destas comunidades denciando a fragilidade da proteção legal.

A demarcação de terras indígenas é um marco do reconhecimento constitucional de 1988, que garantia que deveriam ser demarcadas até 5 anos após sua promulgação. Com efeito, é um procedimento intrincado e demorado, caracterizado por múltiplas etapas que incluem estudos técnicos, elaboração de relatórios, declarações oficiais e homologações. Além disso, inúmeros interesses giram em torno da tentativa de derrubar os direitos indígenas quanto aos seus territórios como do Marco Temporal. Mesmo após a conclusão formal da demarcação, as terras indígenas permanecem vulneráveis a invasões e à exploração ilegal por parte de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros e 63% das terras indígenas reconhecidas não tem demarcação concluída, evidenciando a fragilidade da proteção legal.



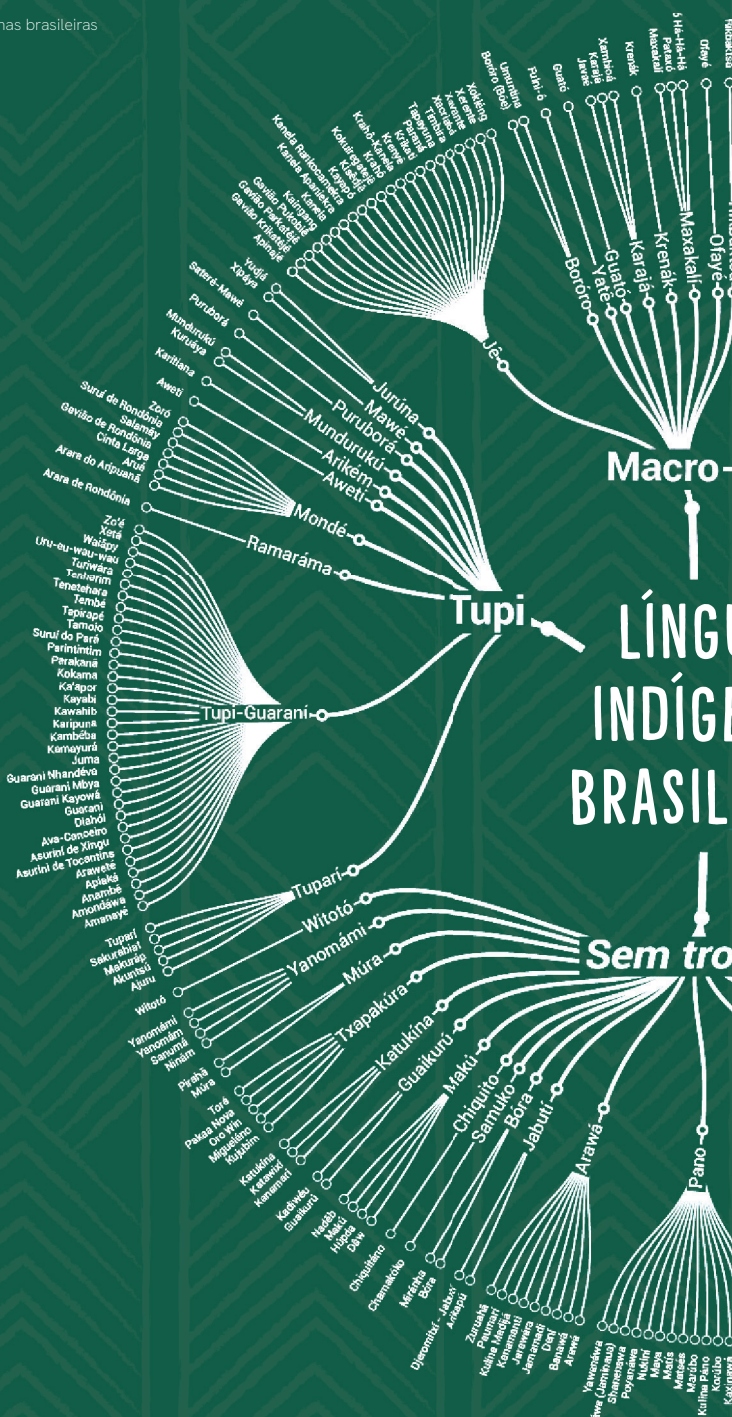
Figura 11 - Traço do Brasil

MARCO LEGAL.

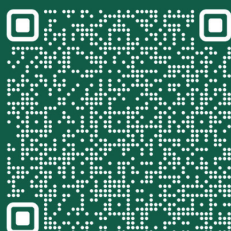
A questão do Marco Temporal, que limita a demarcação de terras indígenas àquelas ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, constitui um dos principais pontos de debate. Amplamente criticado, o Marco Temporal é visto como uma ameaça aos direitos dos povos indígenas e representa um retrocesso na garantia de seus territórios. Atualmente, cerca de 63% das terras indígenas reconhecidas ainda não tiveram sua demarcação concluída, o que evidencia a precariedade da proteção jurídica e a continuidade das ameaças aos modos de vida tradicionais.

POR QUE A COMUNIDADE DECIDIU RETOMAR?

“Por que a comunidade decidiu retomar?”, uma das alunas respondeu: “A comunidade decidiu retomar porque a população indígena está crescendo, e onde vão morar se não retomasse esta terra? Digo, esta retomada é a terra indígena”. Outra aluna respondeu: “Porque a terra era da comunidade mesmo, já que o povo precisava de moradia, então os indígenas decidiram lutar por suas terras!” (MARTINEZ, 2024).



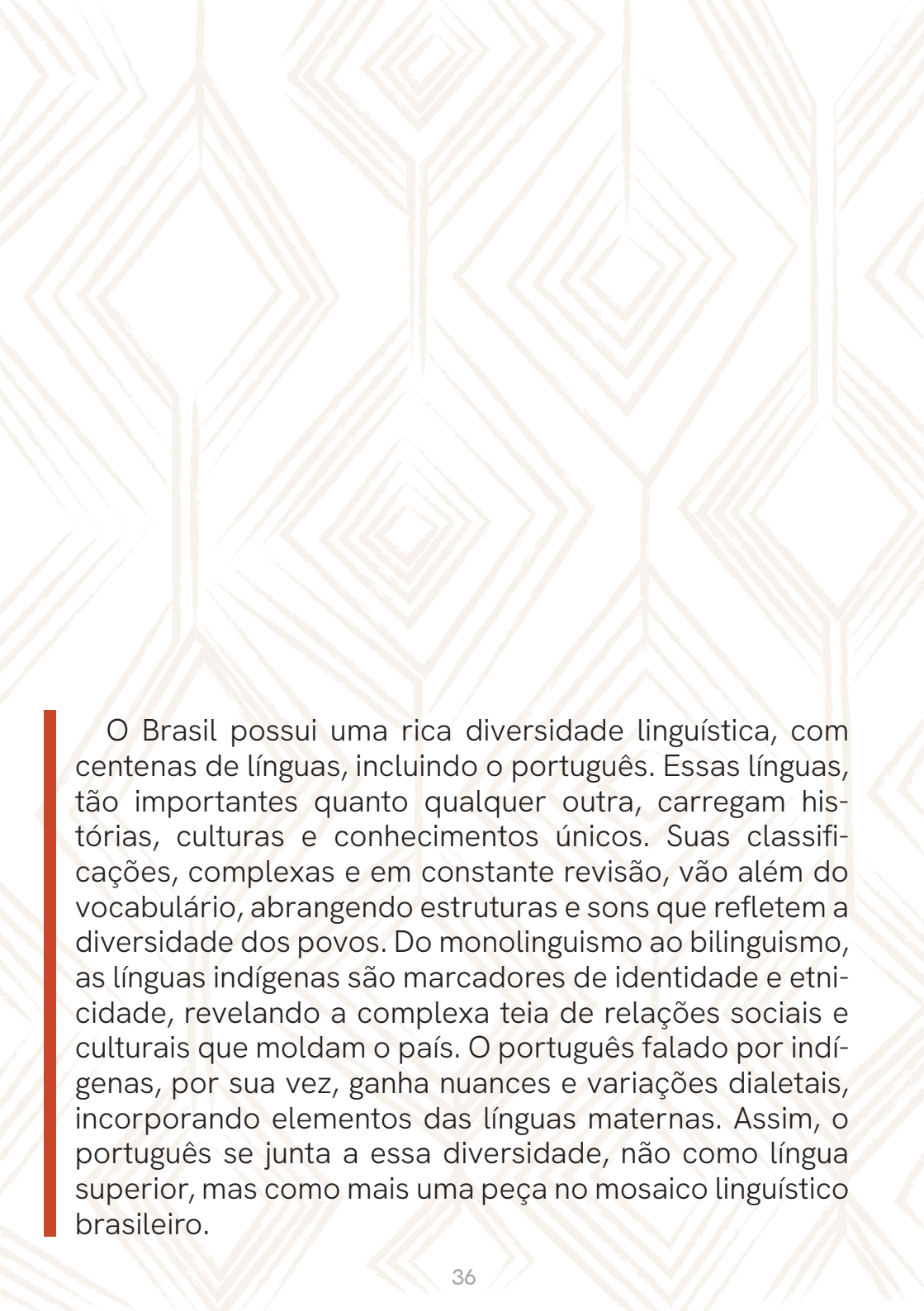
acesse o infográfico completo aqui!



BRASIL, UM PAÍS MULTILÍNGUE



Figura 13 - Escor de Vozes



O Brasil possui uma rica diversidade linguística, com centenas de línguas, incluindo o português. Essas línguas, tão importantes quanto qualquer outra, carregam histórias, culturas e conhecimentos únicos. Suas classificações, complexas e em constante revisão, vão além do vocabulário, abrangendo estruturas e sons que refletem a diversidade dos povos. Do monolinguismo ao bilinguismo, as línguas indígenas são marcadores de identidade e etnicidade, revelando a complexa teia de relações sociais e culturais que moldam o país. O português falado por indígenas, por sua vez, ganha nuances e variações dialetais, incorporando elementos das línguas maternas. Assim, o português se junta a essa diversidade, não como língua superior, mas como mais uma peça no mosaico linguístico brasileiro.

A classificação das línguas está em constante revisão, impulsionada por novos estudos e dados. Isso não diminui a importância das línguas indígenas, que são tão relevantes quanto qualquer outra. O fato de algumas não possuírem artigos ou preposições, por exemplo, não as torna “pobres”. (Veloso, 2025) O que importa são as estruturas que possuem, independentemente da ausência de elementos presentes em línguas como o português, o inglês ou o francês. A classificação linguística baseia-se principalmente na comparação de dados como vocabulário, sons e gramática, sendo a proximidade geográfica um critério secundário. Como referência nesse campo, destaca-se o livro de Aryon Dall’Igna Rodrigues, *Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas* (1986).

As línguas indígenas se apresentam em diferentes contextos: há povos que mantêm o uso de suas línguas tradicionais, enquanto outros falam exclusivamente o português. O português falado por indígenas pode apresentar características próprias, distintas do padrão normativo, refletindo influências linguísticas e culturais específicas. Em algumas línguas, há ainda variações na fala entre homens e mulheres. A língua, nesse sentido, é uma ferramenta fundamental para a identificação e o reconhecimento dos povos indígenas, podendo atuar como marcador de etnicidade e contribuir na caracterização de comunidades indígenas.

As classificações linguísticas não são consensuais e exigem um olhar crítico. Reduzir as línguas à mera similaridade vocabular é negligenciar a complexidade de suas

estruturas e sons, que muitas vezes refletem o contato entre diferentes troncos linguísticos. Embora elementos culturais como sistemas de casamento, alimentação e parentesco possam apresentar semelhanças entre povos pertencentes ao mesmo tronco, as classificações tendem a se concentrar prioritariamente nas línguas. Atualmente, essas classificações têm sido alvo de críticas por parte dos próprios povos indígenas. As distintas relações sociais entre os grupos também se expressam na linguagem, por meio de variações de vocabulário associadas a gênero e parentesco. Além disso, o português falado por indígenas frequentemente incorpora estruturas de suas línguas maternas, resultando em variações dialetais singulares.



Figura 14 - A chuva vem

As línguas indígenas de sinais têm suas raízes profundamente ligadas à observação da natureza e ao modo como os povos indígenas interagem com o mundo ao seu redor. Os sinais estão presentes nos movimentos cotidianos da fauna e da flora: nos batimentos das asas dos pássaros, nos diferentes padrões de voo, na corrida silenciosa da onça ao caçar, nos movimentos graciosos dos peixes enquanto nadam.

Cada ser da natureza tem sua própria forma de se expressar, e, assim como eles, os povos indígenas desenvolveram suas línguas de sinais, inspirados por esses movimentos criando uma comunicação rica em simbologia, cultura e identidade.

As nossas danças e a forma como nos movimentamos para tecer a pintura no nosso corpo. Todo o movimento dentro dos territórios tem uma característica específica e tudo isso está conectado à expressão para se comunicar a qual se transforma nas Línguas Indígenas de Sinais⁵ (LIS). (CUBIM. 2024: 26)

5 Atualmente existem 3 línguas de sinais indígenas oficiais.

ALDEIA

Sinal de Aldeia em LIS.

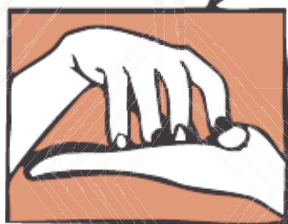


Figura 15 - Aldeia na Língua de Sinais Indígena

A NOÇÃO DO TEMPO

A noção de tempo e de história dos povos indígenas é distinta da perspectiva ocidental. As sociedades indígenas possuem seus próprios sistemas de conhecimento e de organização temporal, baseados em referenciais culturais específicas. Negar a historicidade e a temporalidade dos povos indígenas é uma forma de etnocentrismo e de deslegitimação de suas experiências e de suas narrativas.

"O entrelace do ymaguare e do ko'anga está o ára, uma percepção de tempo que não está associada apenas à passagem das horas do relógio. Ela envolve também o espaço, ou seja, as narrativas kaiowá e guarani costumam sempre destacar onde cada experiência ocorreu, ou os caminhos percorridos ao longo de cada história, como a travessia de uma estrada ou de um rio. Além disso, o ára também leva em consideração o significado dos encontros narrados, que podem estar voltados para uma festividade familiar, a prática de um esporte ou uma atividade econômica, por exemplo."⁶

⁶ Ymaguare, ko'ang e ára: como essas concepções indígenas de tempo foram levadas para uma aula de História. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/ymaguare-koang-e-ara-como-essas-concepcoes-indigenas-de-tempo-foram-levadas-para-uma-aula-de-historia/>>. Acesso em: 2 abr. 2025.



Mês de abril As folhas terminaram de crescer

Mês de abril É o mês que as folhas da árvore arapari crescem tudo e a árvore volta novamente ao normal.



Mês de maio as folhas já estão maduras, é aí que nós percebemos que os papagaios já chocaram seus ovos.

Mês de maio É o mês que os papagaios chocam os seus ovos e também é o mês que as folhas da árvore começam a crescer



É quando a folha da árvore está pronta, crescida, as penas dos filhotes de papagaios também estão prontas e eles estão preparados para voar dos seus ninhos.

É por isso que valorizamos essa árvore chamada Arapari.

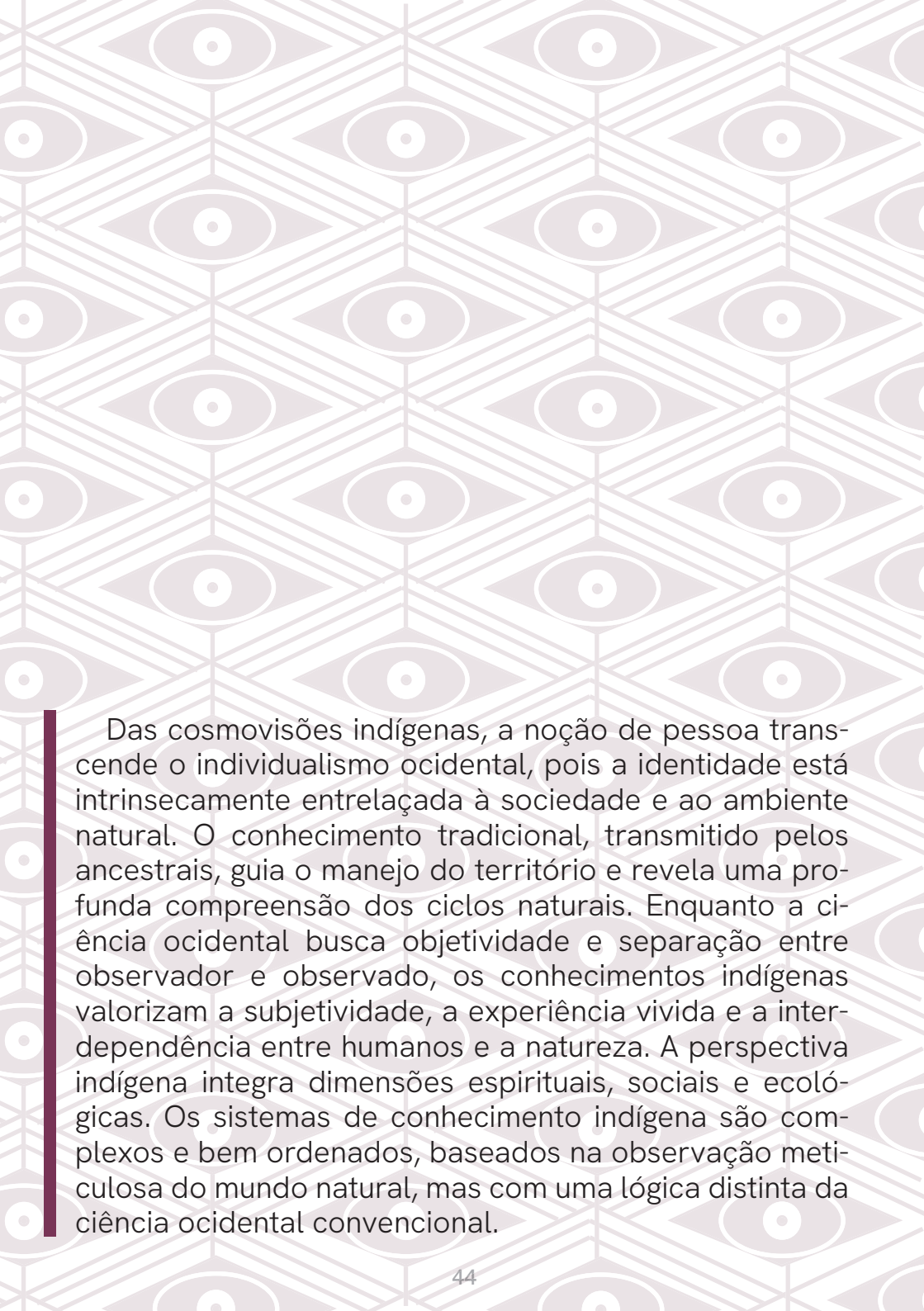
Antigamente, nossos antepassados valorizavam essa árvore como calendário: sabiam que quando chegava o mês de maio, os papagaios voavam do Arapari.

Figura 16 - Renovação das folhas

COSMOLOGIA E A NOÇÃO DE PESSOA



Figura 17 – Contexto Ancestral



Das cosmovisões indígenas, a noção de pessoa transcende o individualismo ocidental, pois a identidade está intrinsecamente entrelaçada à sociedade e ao ambiente natural. O conhecimento tradicional, transmitido pelos ancestrais, guia o manejo do território e revela uma profunda compreensão dos ciclos naturais. Enquanto a ciência ocidental busca objetividade e separação entre observador e observado, os conhecimentos indígenas valorizam a subjetividade, a experiência vivida e a interdependência entre humanos e a natureza. A perspectiva indígena integra dimensões espirituais, sociais e ecológicas. Os sistemas de conhecimento indígena são complexos e bem ordenados, baseados na observação meticulosa do mundo natural, mas com uma lógica distinta da ciência ocidental convencional.

A noção de pessoa, nas cosmovisões indígenas, distingue-se fundamentalmente da perspectiva individualista ocidental. Ela se caracteriza por uma ênfase na interconexão particular entre o indivíduo, a sociedade e a natureza. Por exemplo, o povo Xerente, com sua organização social baseada em clãs e a prática de pinturas corporais, exemplifica essa interdependência, demonstrando como a identidade individual está profundamente enraizada na identidade coletiva. A antropologia contemporânea, ao desafiar a visão ocidental tradicional de "pessoa", busca ampliar a compreensão das diversas concepções de humanidade que emergem em diferentes contextos culturais. Essa abordagem reconhece a complexidade e a riqueza das ontologias indígenas, que oferecem alternativas valiosas para a reflexão sobre a natureza da identidade e da agência humana.

A espiritualidade, conforme evidenciado no estudo do povo Tapirapé, revela uma específica relação entre a alimentação, o mundo espiritual e as práticas rituais.(KORIA VALDVANE TAPIRAPÉ, aula proferida em 2024) Uma característica central dessa cosmovisão é a crença em uma humanidade compartilhada, na qual a distinção entre animais e humanos reside primariamente na forma física. Nessa perspectiva, o xamã atua como um mediador essencial, estabelecendo a comunicação entre o domínio espiritual e o plano físico, e contribuindo para a manutenção do equilíbrio e da harmonia entre ambos. Um aspecto notável é a prática da negociação do pajé com os espíritos dos animais antes da caça, o que demonstra um profundo respeito e cuidado para com a natureza e evidencia a necessidade de obter permissão e assegurar a sustentabilidade da relação entre os humanos e o mundo natural.

O estudo de Alexandre Chaparzane Xerente sobre a "casa dos homens" revela uma dimensão central da espiritualidade Xerente, demonstrando como ela se encontra interligada à natureza. Os "donos" (cuidadores/protetores) de animais e águas desempenham um papel fundamental nessa cosmovisão, evidenciando uma relação de respeito e interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente.

Anderson Xerente destacou sobre a importância da figura do Pajé como mediador entre o mundo humano e o espiritual. A negociação com o "dono das águas" em situações como enchentes evidencia a crença na influência desses seres sobre o mundo físico e a necessidade de preservar o equilíbrio e a harmonia entre os domínios.



Na cosmologia do povo Tapirapé, a formação do corpo transcende a mera dimensão biológica, configurando-se como um processo cultural e social. Este processo inicia-se durante a gestação e envolve um conjunto complexo de práticas, incluindo restrições alimentares e rituais específicos, que se estendem não apenas à mãe, mas também ao pai.

Dessa forma, o corpo não é concebido como uma entidade natural e isolada, mas sim como um constructo cultural, moldado desde o ventre materno. A gestação é compreendida como um período fundamental para a formação de um corpo que se relacione de maneira adequada e construtiva com o mundo. A conexão com a natureza e os seres espirituais desempenha um papel central nesse processo, influenciando tanto a constituição física quanto a dimensão espiritual do indivíduo.

A introdução de alimentos industrializados é apontada como um fator que impacta negativamente esse processo formativo, destoando das práticas tradicionais. O território é considerado essencial, pois dele emanam a sabedoria e os elementos necessários para a formação integral do ser. Assim, a perspectiva Tapirapé sobre a formação do corpo revela uma compreensão complexa e interconectada, na qual biologia, cultura, espiritualidade e natureza se entrelaçam.

O conhecimento tradicional, transmitido através da ancestralidade, guia as práticas de manejo do território. A sabedoria dos mais velhos orienta o momento correto para o desmatamento nas roças, demonstrando uma compreensão profunda dos ciclos naturais. Da mesma forma, a pesca é regida por regras que respeitam as fases da lua e evitam o excesso, garantindo a sustentabilidade dos recursos.

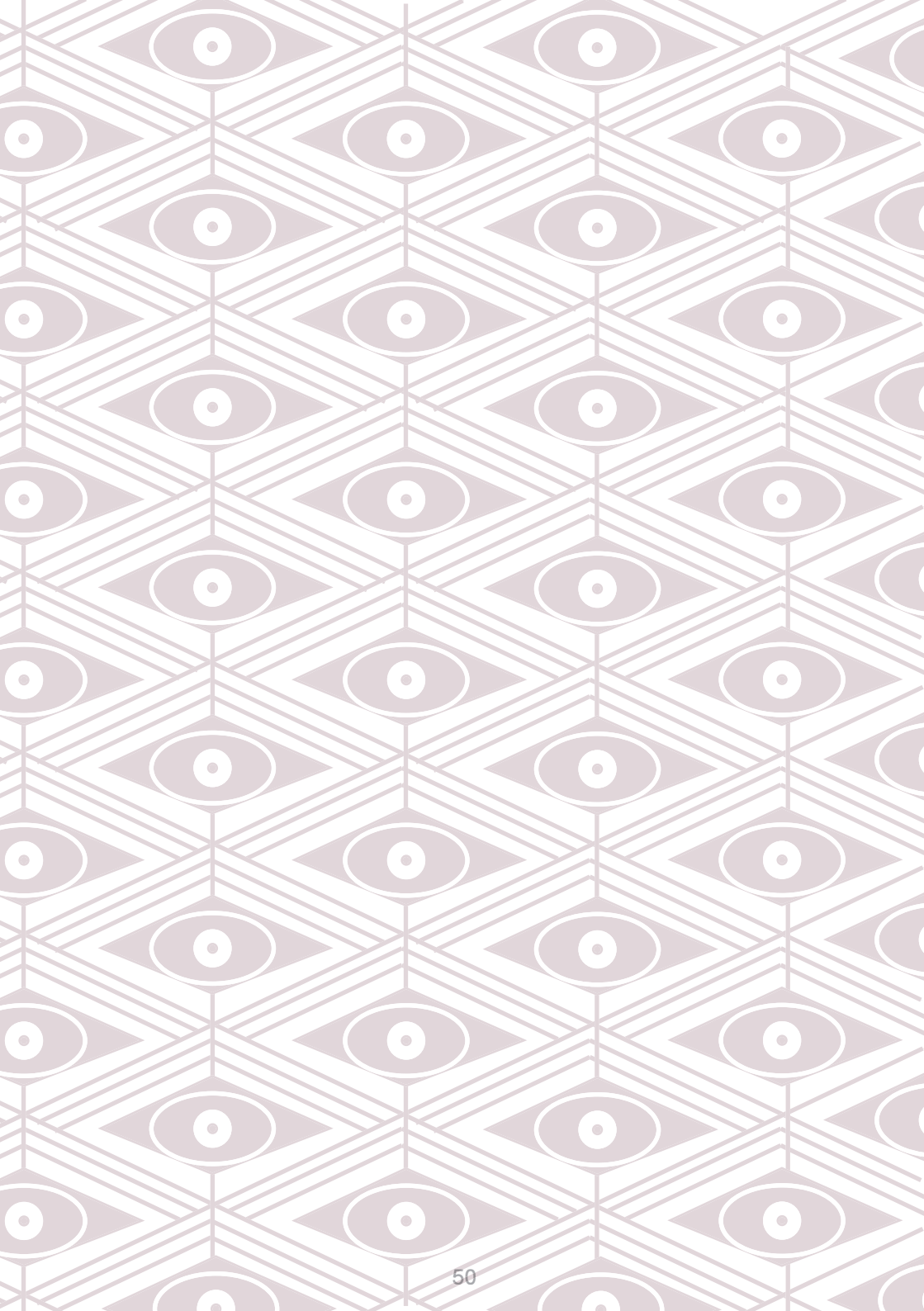
Os sistemas de conhecimento dos povos indígenas apresentam contrastes marcantes em relação às epistemologias ocidentais dominantes. Longe de serem meras "crenças" ou "saberes tradicionais", constituem sistemas complexos e bem ordenados, embora com uma organização distinta da ciência ocidental convencional. Uma característica central desses sistemas é a ênfase na observação meticulosa do mundo natural, guiada por um campo de interesse que difere significativamente do foco ocidental. Essa observação atenta, combinada com uma profunda conexão com o ambiente, resulta em um conhecimento profundamente ligado à natureza.

Enquanto a ciência ocidental frequentemente busca a objetividade e a separação entre o observador e o observado, os conhecimentos indígenas valorizam a subjetividade, a experiência vivida e a relação de interdependência entre os seres humanos e a natureza.

Essa perspectiva holística integra dimensões espirituais, sociais e ecológicas, revelando uma compreensão complexa e multifacetada do mundo.

Os conhecimentos indígenas não devem ser considerados inferiores ou menos válidos que a ciência ocidental, mas reconhecidos como sistemas de saber alternativos, com lógicas, métodos e critérios de validação próprios. O reconhecimento e a valorização desses sistemas são essenciais para uma compreensão mais completa e respeitosa da diversidade cultural e da riqueza do conhecimento humano.





"Do ponto de vista da proxemística, esta forma espacial parece indicar igualdade e complementaridade entre as partes (casas, ou grupos de casas, ou metades opostas). A partir de uma casa, qualquer casa, pode-se ver todas as outras casas, assim como o pátio central e a casa dos homens, quando existente. Nas aldeias completamente circulares, como as aldeias Bororo ou Krahó, por exemplo, a visão que se tem da aldeia a partir de uma casa é extremamente semelhante à visão que se tem a partir de qualquer outra casa da aldeia."

(BARRETO, 2011:65)

"As casas pertencem às mulheres. Sob o mesmo teto vivem várias famílias nucleares, relacionadas pelo lado materno, como, por exemplo, uma mulher de idade, suas filhas e os maridos e filhos destas. Oeste modo, uma mulher kayapó nasce, vive e morre na mesma casa, unidade residencial que possui o seu lugar certo no círculo de casas. Os homens, pelo contrário, aos oito ou dez anos passam a viver na casa dos homens e, após o casamento, mudam-se para a casa da família da esposa."

(VIDAL, 1983, p. 81)

O PENSAMENTO CIRCULAR



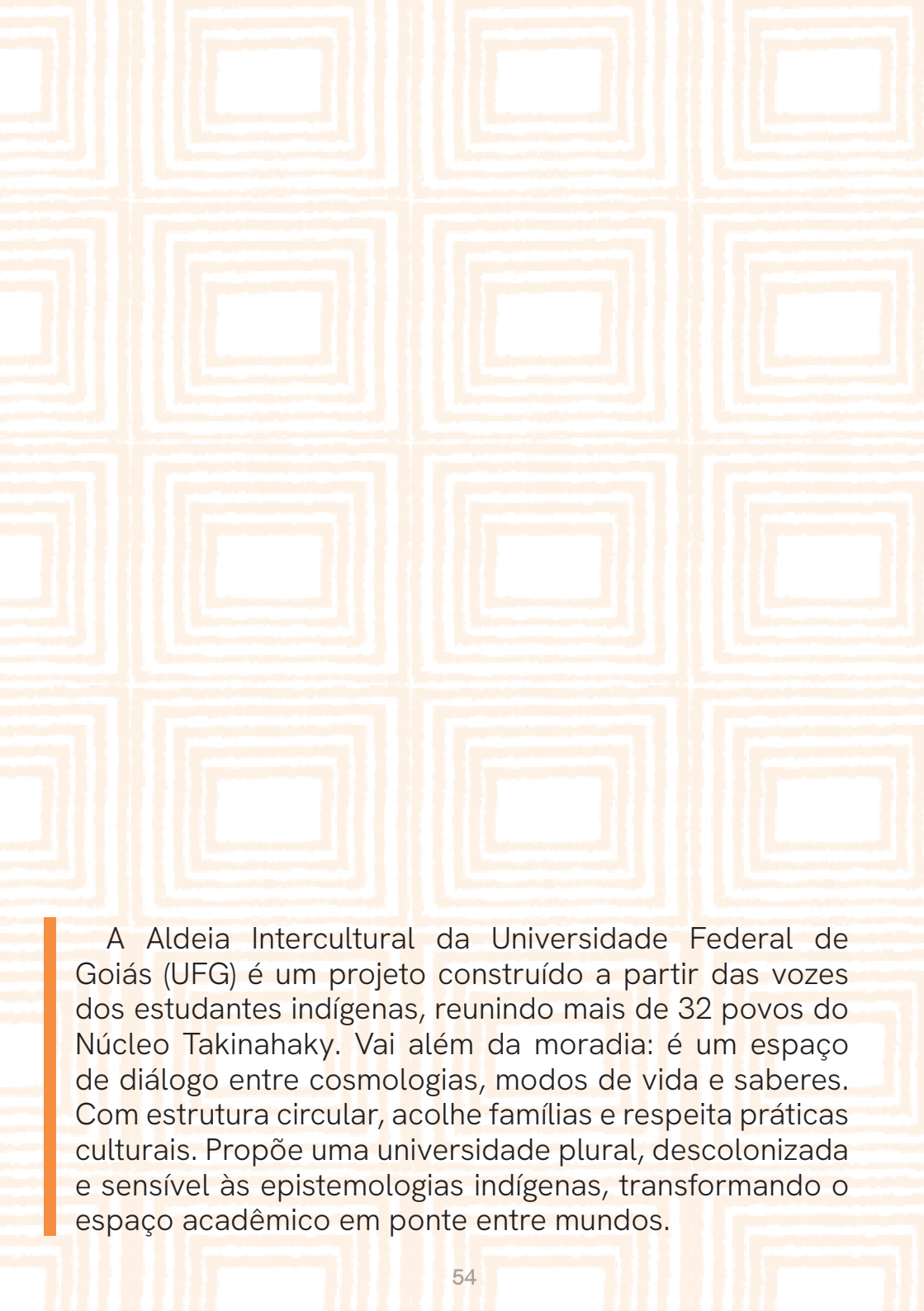
- A - càa (pátio)
- B - càa ma pry (caminho radial)
- C - kricape (caminho circular)

Figura 19 - Ramkokamekra

ESPAÇO DE ENCONTROS, SABERES E RESISTÊNCIA



Figura 20 - Marcha da resistência



A Aldeia Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG) é um projeto construído a partir das vozes dos estudantes indígenas, reunindo mais de 32 povos do Núcleo Takinahaky. Vai além da moradia: é um espaço de diálogo entre cosmologias, modos de vida e saberes. Com estrutura circular, acolhe famílias e respeita práticas culturais. Propõe uma universidade plural, descolonizada e sensível às epistemologias indígenas, transformando o espaço acadêmico em ponte entre mundos.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), uma iniciativa inovadora e profundamente necessária está tomando forma: a construção da Aldeia Intercultural. Indo além de um abrigo para estudantes indígenas, esse projeto nasce como um espaço de diálogo entre diferentes formas de ver, viver e pensar o mundo, um verdadeiro encontro de saberes, práticas e vivências.

O projeto surge a partir da escuta e da mobilização dos próprios estudantes indígenas do curso de Educação Intercultural da UFG, que reúnem representantes de mais de 32 povos de diferentes regiões do país. O curso adota a pedagogia da alternância, na qual os estudantes passam parte do tempo em suas comunidades e parte na universidade, o que fortalece os laços com seus territórios, mas também impõe desafios durante os períodos presenciais em Goiânia. Distantes de suas aldeias, muitos enfrentam dificuldades como alto custo de vida, o racismo, a falta de acesso à saúde e a insegurança alimentar.

Diante dessa realidade, a comunidade do Núcleo Takinahaky (docentes, discentes e egressos) identificaram a urgência de um espaço seguro, que respeitasse a pluralidade de culturas, acolhesse as famílias indígenas e possibilitasse a continuidade dos estudos com dignidade. Assim nasceu a proposta da Aldeia Intercultural — construída não de cima para baixo, mas como uma política verdadeiramente participativa, ou seja, articulada a partir das bases, dos territórios e das vozes indígenas.

A base do projeto foi o diálogo: como pensar um espaço para estudantes indígenas que respeitasse as diversas cosmologias, formas de organização e modos de vida dos diversos povos? A trajetória para consolidação do projeto da Aldeia Intercultural foi coletiva, envolvendo professores, mestres indígenas, estudantes, arquitetas(os) e indigenistas. A diversidade e transversalidade do grupo se mostraram essenciais para integrar as epistemologias indígenas às dinâmicas institucionais e burocráticas das instituições ocidentais.

Durante o processo coletivo de desenvolvimento do projeto, foram apresentadas as características espaciais das aldeias-mãe dos povos indígenas, como a circularidade do povo Krahô, o pátio central dos Xerente e as formas de convivência dos Kamayurá.

A partir dessas contribuições, foi concebido um projeto arquitetônico que reflete os princípios da coletividade, da centralidade da vida em comunidade e da pluralidade.

A estrutura circular da aldeia intercultural não é apenas estética: ela representa um modo de vida. O centro aberto funciona como espaço de convivência e rituais; os quartos têm tamanhos e disposições pensadas não por gênero, mas por etnia e estrutura familiar; o refeitório é dividido em partes que respeitam os hábitos alimentares de cada povo, incluindo momentos de resguardo e práticas espirituais. O projeto também prevê espaços para mães e crianças, reconhecendo a importância da família

nas trajetórias acadêmicas indígenas — algo que costuma ser negligenciado nas políticas estudantis tradicionais.

Além da arquitetura, o projeto carrega uma proposta política e pedagógica potente: transformar a universidade em um espaço mais plural, acolhedor e respeitoso com os saberes indígenas. Esse caminho, estruturado na interculturalidade crítica, busca romper com a lógica única da universidade — muitas vezes marcada pela monocultura do saber — para abrir espaço ao “pluriverso” das epistemologias indígenas, valorizando outras formas de conhecimento, como a oralidade, os rituais e as narrativas ancestrais.

A construção da aldeia vai além das paredes e telhados: trata-se de uma transformação profunda da universidade e da forma como ela se relaciona com os povos indígenas. Sendo um convite a pensar em uma universidade descolonizada, onde diferentes formas de viver e conhecer tenham lugar legítimo

A Aldeia Intercultural da UFG ainda está em construção, mas seu significado já transborda os muros da universidade. Mais do que uma moradia, ela representa um gesto concreto de reconhecimento, respeito e valorização da diversidade. É um espaço que se propõe a ser ponte entre mundos, onde a circularidade dos povos indígenas encontra lugar no coração de uma instituição que, historicamente, pouco os escutou.

O projeto ensina que não basta incluir estudantes indígenas nas universidades: é preciso transformar esses espaços para que eles realmente acolham outras formas de ser, viver e aprender.

A aldeia nos convida a repensar o que é uma casa, o que é um espaço de aprendizagem, o que é uma política pública, e — acima de tudo — o que é uma universidade que se pretende plural.

Nesse caminho, os povos indígenas seguem ensinando que o conhecimento não está apenas nos livros ou nas salas de aula, mas também nas rodas de conversa, no canto, no silêncio, no coletivo e na escuta. Que possamos aprender com os povos indígenas — e construir, juntos, um futuro mais equânime, bonito e respeitoso para todas e todos.

A construção da Aldeia Intercultural na UFG reflete um movimento mais amplo: o desejo de transformar a universidade em um espaço verdadeiramente plural, rompendo com a lógica eurocêntrica e com a monocultura do saber. A proposta vai além da inclusão formal de estudantes indígenas — ela busca integrar, de forma viva e respeitosa, outras formas de existir, pensar e aprender. Inspirada em ideias como a interculturalidade crítica e a pluri-versidade, a iniciativa propõe o reconhecimento de diferentes línguas, práticas e epistemologias. (HERBETTA, 2025)



Figura 21 - Folhas do saber

Declaramos:

Que continuaremos tecendo redes de cuidado, proteção e luta. Seguiremos em rezo, seguiremos em roda, seguiremos em marcha, com os pés fincados na terra e os olhos apontando para os sonhos de liberdade, justiça e vida plena para todos os povos.

Que o mundo nos escute. Que os governos nos respeitem. Que os territórios sejam livres e os nossos corpos protegidos. Porque nossos corpos são territórios. E nossos territórios são vida!

Tenda da ANMIGA | Acampamento Terra Livre 2025

Assinam:

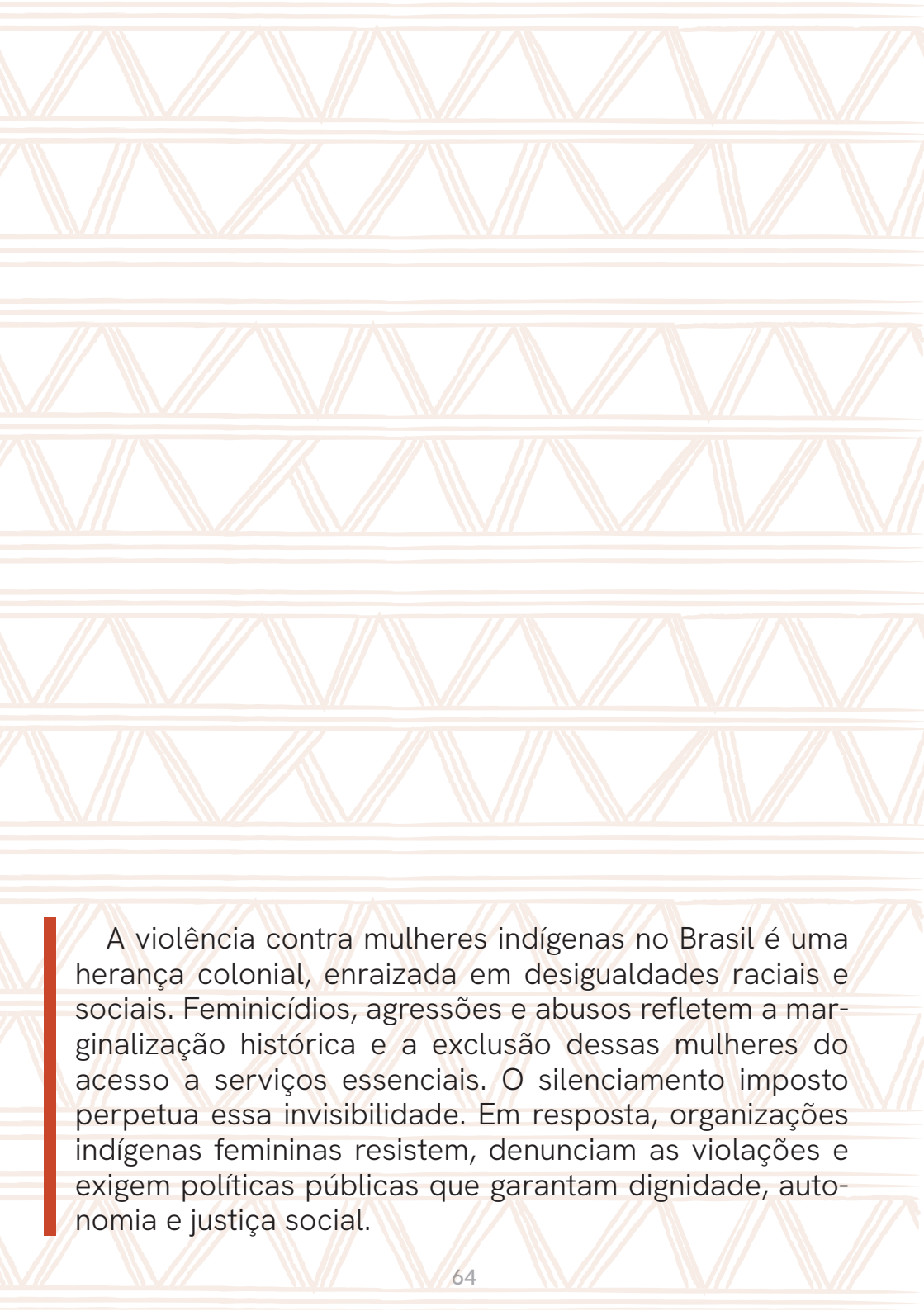
Mulheres Indígenas dos Seis Biomas Brasileiros e Organizações Internacionais de Mulheres Indígenas.

MULHERES TERRA,
MULHERES ÁGUA,
MULHERES BIOMAS,
MULHERES ESPIRITUALIDADE,
MULHERES ÁRVORES,
MULHERES RAÍZES,
MULHERES SEMENTES
E NÃO SOMENTE
MULHERES,
GUERREIRAS DA
ANCESTRALIDADE.

MULHERES INDÍGENAS VIOLÊNCIAS HISTÓRICAS



Figura 22 - Guerrinheiras



A violência contra mulheres indígenas no Brasil é uma herança colonial, enraizada em desigualdades raciais e sociais. Feminicídios, agressões e abusos refletem a marginalização histórica e a exclusão dessas mulheres do acesso a serviços essenciais. O silenciamento imposto perpetua essa invisibilidade. Em resposta, organizações indígenas femininas resistem, denunciam as violações e exigem políticas públicas que garantam dignidade, autonomia e justiça social.

RELATÓRIO "VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL – DADOS DE 2023" DO CIMI

O documento detalha diversas formas de violência que afetam as mulheres indígenas no Brasil. É importante ressaltar que o ano de 2023 foi marcado pela persistência da violência contra os povos indígenas, incluindo as mulheres, em um contexto de ataques a direitos e poucos avanços na demarcação de terras. O relatório revela um quadro alarmante de violência contra estas mulheres. A violência sexual é uma das formas mais cruéis, com 23 casos registrados, incluindo 11 envolvendo crianças e adolescentes. Essa violência está frequentemente ligada a invasões de territórios indígenas, como relatado no Maranhão e na Terra Indígena Yanomami, onde há denúncias de exploração sexual por garimpeiros ilegais. Em conflitos por terra, como no Mato Grosso do Sul, mulheres Guarani Nhandeva também sofreram ameaças e abusos sexuais. Além da violência sexual, o relatório documenta casos de violência doméstica, agressões físicas, ameaças contra lideranças indígenas, racismo e discriminação étnico-cultural. Em contextos de conflitos territoriais, mulheres e crianças são frequentemente forçadas a se esconder e enfrentam violência policial. O relatório enfatiza que essa violência é reflexo de um racismo estrutural, agravado pela omissão do poder público na demarcação e proteção de territórios indígenas, resultando em um aumento dos riscos de morte e violações contra as comunidades indígenas.

RELATÓRIO XII KUÑANGUE ATY GUASU" (2024-2025)⁷

Elaborado pela organização de mulheres indígenas Kaiowá e Guaraní do Mato Grosso do Sul, o documento apresenta um panorama detalhado das lutas e desafios enfrentados por essas comunidades. O relatório aborda temas cruciais como direitos originários, luta pelo território, violência de gênero, adoção de crianças indígenas, uso de agrotóxicos, atuação da juventude indígena, e a Estratégia Nacional sobre Drogas.

Um dos pontos centrais do relatório é a crescente violência contra mulheres indígenas. A Kuñangue Aty Guasu e suas lideranças relatam ataques e ameaças de morte constantes devido à sua defesa dos direitos das mulheres indígenas. Há um aumento nos discursos de ódio, incluindo aqueles reproduzidos por mulheres indígenas influenciadas pelo sistema patriarcal, com manifestações homofóbicas, machistas e racismo religioso. Os dados da SEJUSP indicam um aumento nos feminicídios e tentativas de feminicídio em Mato Grosso do Sul em 2024, incluindo casos em territórios indígenas. O relatório exige medidas mais rigorosas na prevenção e combate ao feminicídio e à misoginia.

⁷ O relatório foi entregue oficialmente ao Ministério das Mulheres, na pessoa da Diretora Pagu Rodrigues, na Oficina Participativa Pensando a Casa da Mulher Indígena - CAMI, que aconteceu em 08 de abril de 2025 na Faculdade de Arquitetura da UnB.

Ele também ressalta a importância do reconhecimento dos direitos originários e da demarcação de terras como cláusula pétrea da Constituição Federal. Critica as ações do Congresso Nacional consideradas anti-indígenas e destaca a luta contínua pelas retomadas de terras. A questão da adoção de crianças indígenas é abordada com urgência, denunciando a visão etnocêntrica e a negligência dos critérios étnico-culturais. O uso abusivo de agrotóxicos e seus impactos na saúde e na natureza são amplamente discutidos, com dados alarmantes sobre a contaminação da água e do solo.

A atuação da juventude indígena, incluindo a diversidade LGBTQIA+, é destacada, assim como a importância da educação diferenciada e da valorização dos saberes ancestrais. O relatório também aborda a crise climática e seus impactos nos biomas locais, além de apresentar recomendações e propostas detalhadas em diversas áreas, como território, saúde, educação e combate à violência, com ênfase na violência contra as mulheres indígenas.

VIOLÊNCIA E COLONIALISMO NO BRASIL⁸

As desigualdades históricas, o racismo estrutural e as discriminações raciais impuseram às mulheres indígenas uma condição de vulnerabilidade que vai além do âmbito individual. Essa condição, muitas vezes equivocadamente atribuída a características culturais das comunidades indígenas, têm suas raízes nos impactos da colonização. Esse processo instaurou uma lógica patriarcal associada ao capital, intensificando as disputas pelos territórios. Como parte desse processo de dominação, as mulheres indígenas foram subjugadas, e práticas opressivas perpetuam um ciclo de violência e silenciamento.

A escassez de dados sistematizados sobre essa violência dificulta seu reconhecimento e a formulação de políticas eficazes pelo Estado. A violência doméstica e sexual permanece alarmante, frequentemente silenciada em virtude da falta de apoio institucional e agravada com a demora nas demarcações de Terras Indígenas devido à pressão imposta pelo capitalismo. Romper com a normalização dessa violência exige reconhecer suas raízes na lógica extrativista colonial, na expropriação territorial e na imposição de valores patriarcais ocidentais. A mobilização das mulheres indígenas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde suas vozes sejam ouvidas e seus direitos efetivamente garantidos.

8 Aula da Pagu Rodrigues - Diretora de Proteção de Direitos da SENEV - Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres

A luta dessas mulheres vai além da denúncia: ela também promove a valorização de suas culturas e reivindicação de direitos. A criação de associações lideradas por indígenas é um exemplo claro desse protagonismo.

As mulheres indígenas no Brasil enfrentam uma realidade historicamente alarmante de invisibilização, enraizada nas violências estruturais que remontam ao período colonial. O processo de colonização impôs um regime de exploração, expropriação territorial, guerras biológicas e imposição cultural que persiste até os dias de hoje, resultando em agressões psicológicas e físicas, abusos sexuais e feminicídios que atingem essas mulheres. A ausência de políticas públicas eficazes, protocolos de atendimento próprios às mulheres indígenas e dificuldades de acesso enfrentados por essas mulheres perpetuam essa condição, tornando a violência uma dimensão contínua da opressão colonial dentro e fora de suas comunidades.

O racismo estrutural e o preconceito intensificam a marginalização dessas populações, criando um ciclo de violência que se repete ao longo das gerações. Em todos os estados brasileiros, mulheres de diferentes etnias têm resistido e se organizado para denunciar essas violências e reivindicar seus direitos. A atuação de lideranças femininas fortalece a mobilização dessas mulheres, que buscam visibilidade e justiça. Entretanto, esse ativismo as expõe a ameaças e retaliações, evidenciando a urgência de um apoio institucional e social efetivo.

A pandemia da COVID-19 e os anos de desmonte das políticas indigenistas existentes intensificaram essas problemáticas, exacerbando os casos de violência contra as mulheres indígenas e feminicídio nas aldeias. A dificuldade de acesso à saúde, à segurança e à justiça agravou ainda mais a situação. Além disso, o contato com as populações não indígenas motivado, muitas vezes, pelo extrativismo e exploração das aldeias amplificam problemas como o abuso de álcool e drogas, os altos índices de suicídio e a disseminação de infecções por HIV/AIDS refletindo a fragilidade das políticas de atenção às comunidades indígenas.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tem documentado a persistência das violações contra os povos indígenas, evidenciando a gravidade dos assassinatos, invasões de terras e violência doméstica. Esses dados reforçam a urgência de medidas concretas para garantir a proteção dessas mulheres e a efetivação de seus direitos. Apesar dos desafios históricos e contemporâneos, as mulheres indígenas seguem resistindo, denunciando as violências e reivindicando políticas públicas que atendam às suas necessidades. O reconhecimento dessa luta por toda sociedade é essencial para garantir maior suporte e proteção dessas comunidades.

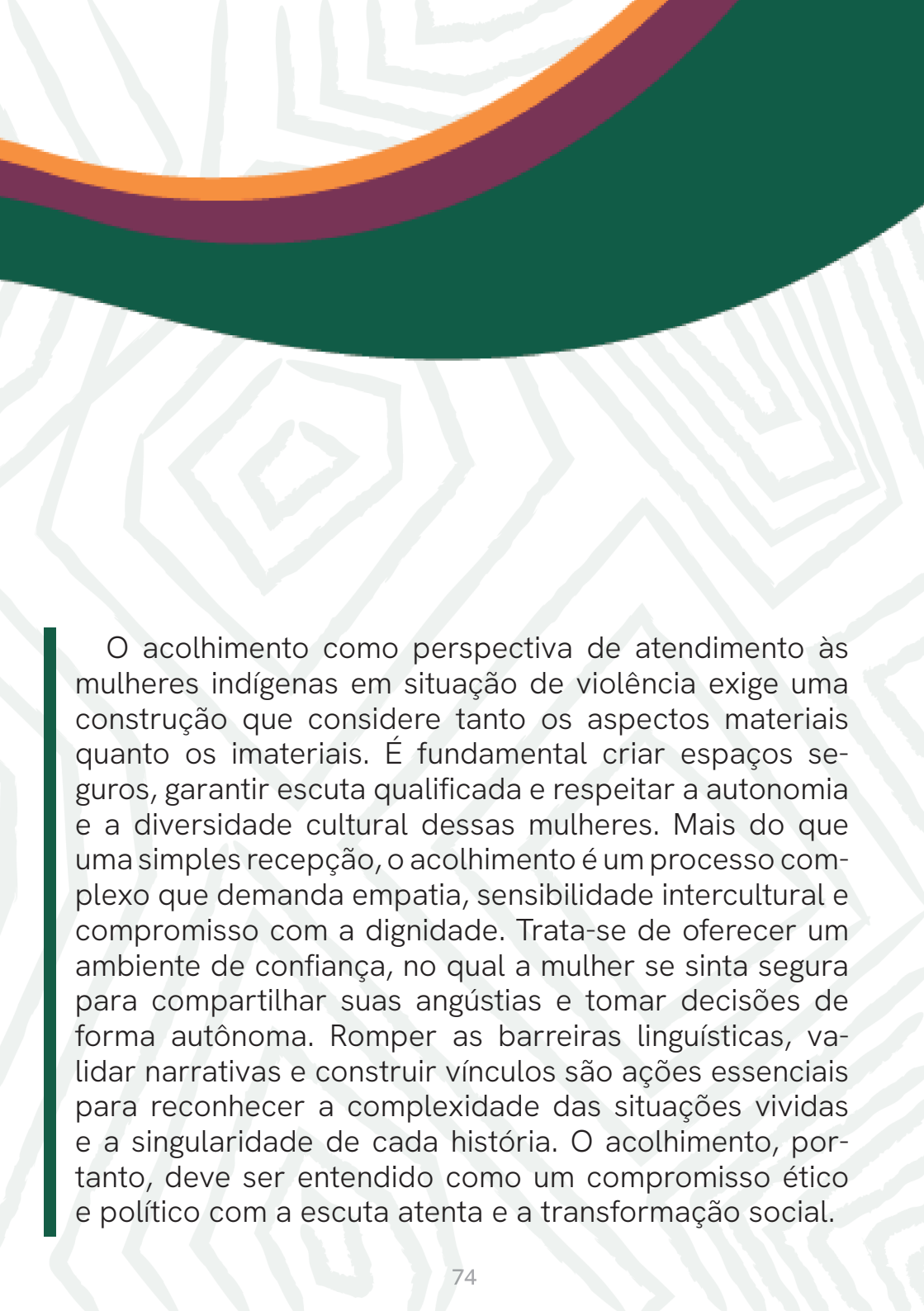
O primeiro marco legal sobre indígenas no Brasil, o Diretório dos Índios (1755), recomendava o matrimônio entre brancos e indígenas para embranquecer a população. No entanto, essa imposição não ocorreu de forma pacífica ou consensual, como evidenciam relatos de indígenas capturadas à força e submetidas à violência. Esse processo reflete a persistência histórica da violência de gênero contra mulheres indígenas. (RODRIGUES,2025)

A distância territorial dificulta o acesso das mulheres indígenas a serviços de proteção, problema agravado pela ausência de uma rede especializada. Quando denunciam, muitas vezes não são devidamente acolhidas, o que contribui para a subnotificação e a impunidade dos agressores. A falta de acesso à justiça, somada ao racismo institucional e às barreiras linguísticas, inviabiliza a proteção efetiva. Frequentemente, a violência é naturalizada e justificada como parte da cultura, e a legislação vigente não contempla especificidades indígenas. Conflitos territoriais e a normalização da violência reforçam a vulnerabilidade dessas mulheres, impedindo sua plena defesa e a garantia de seus direitos. (RODRIGUES,2025)

ACOLHIMENTO



Figura 23 - Abraço maternal.



O acolhimento como perspectiva de atendimento às mulheres indígenas em situação de violência exige uma construção que considere tanto os aspectos materiais quanto os imateriais. É fundamental criar espaços seguros, garantir escuta qualificada e respeitar a autonomia e a diversidade cultural dessas mulheres. Mais do que uma simples recepção, o acolhimento é um processo complexo que demanda empatia, sensibilidade intercultural e compromisso com a dignidade. Trata-se de oferecer um ambiente de confiança, no qual a mulher se sinta segura para compartilhar suas angústias e tomar decisões de forma autônoma. Romper as barreiras linguísticas, validar narrativas e construir vínculos são ações essenciais para reconhecer a complexidade das situações vividas e a singularidade de cada história. O acolhimento, portanto, deve ser entendido como um compromisso ético e político com a escuta atenta e a transformação social.

O acolhimento, conforme definido por Ferreira (1975) e Houaiss (2001), abrange tanto o ato de receber e atender quanto o estabelecimento de um espaço de refúgio, proteção e diálogo. Ele se manifesta como uma atitude de inclusão, implicando um processo de "receber-escutar-analisar-decidir". No contexto específico do atendimento a mulheres indígenas em situação de violência, o acolhimento transcende a dimensão física, exigindo a validação da narrativa individual, o respeito às especificidades étnicas e a garantia da autonomia. Busca-se criar um ambiente seguro e acolhedor, no qual a mulher se sinta à vontade para expressar suas angústias e tomar decisões com autonomia.

Considerando as mulheres indígenas e suas diversidades linguísticas, a atitude de acolhimento também implica em romper com possíveis barreiras nesse aspecto. Nesse sentido, o acolhimento presume uma dimensão material e imaterial que proporcione para mulher indígena a confiança para ela partilhar suas angústias mais íntimas sem que haja imposição e/ ou pressões para tomada de decisão, sendo primordial a garantia da sua autonomia.

Os objetivos do acolhimento, conforme o Protocolo de Atendimento às Mulheres Indígenas em Situação de Violência, incluem a escuta qualificada, a compreensão da complexidade da demanda e o oferecimento de serviços adequados. Os espaços de acolhimento devem garantir segurança, privacidade, sigilo e respeito à autodeterminação e aos costumes tradicionais.

O acolhimento também se alinha com as diretrizes da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS)⁹, abrangendo as dimensões ética (respeito e empatia), estética (valorização da vida) e política (participação ativa). No entanto, a superficialidade e a agilidade da vida cotidiana podem prejudicar a prática do acolhimento, resultando em escuta desatenta e indiferença. A verdadeira humanidade se constroi nos vínculos entre as pessoas, na aceitação de que afetamos e somos afetados cotidianamente.

⁹ Se você quiser saber mais sobre o Humaniza SUS: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizaus>

EXPLORANDO AS DIMEN

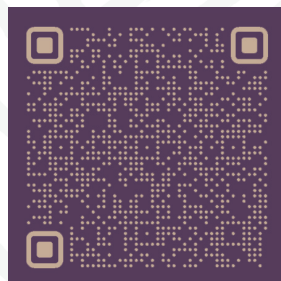


Figura 24 - Infográfico: Acolhimento

DESAFIOS DO ACOLHIMENTO



acesse o infográfico
completo aqui!



SIGLAS

AGIR

Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia.

ANMINSA

Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes.

ANMIGA

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), é uma articulação de Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, tradições, lutas que se somam e convergem, que juntou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos e vida dos povos indígenas.

AMARN

Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro.

APIB

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

APOINME

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

ARPIN SUDESTE

Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste.

ARPINSUL

Articulação dos Povos Indígenas do Sul.

ATL

Acampamento Terra Livre.

ATY GUASU

Grande Assembléia do povo Guarani.

CASAI

Casa de apoio à saúde indígena.

CEDAW

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

CNMI

Conferência Nacional das Mulheres Indígenas.

CNPI

Conselho nacional de política indigenista.

COIAB

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Comissão Guarani Yvyrupa

Conselho do Povo Terena.

DSEI

Distrito Sanitário Especial Indígena é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado –, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gereciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social.

FOIRN

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

FUNAI

fundação Nacional dos Povos Indígenas.

GUARDIÃS DO TERRITÓRIO

Programa desenvolvido pelo Ministério dos Povos Indígenas que terá papel estratégico para a formação de lideranças indígenas no enfrentamento a todos os tipos de violência, trabalhando em interface direta com os Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) municipais e estaduais.

IA

Indígenas Aldeados.

ISA

Instituto Socioambiental.

SIGLAS

MPI

Ministério dos povos indígenas.

PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIO

Decreto nº 11.640/2023, com o objetivo de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas, por meio da implementação de ações governamentais intersetoriais, com a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.

PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA

Decreto nº 11.431, integrar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Com o programa, estão sendo ampliados os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira, sob a coordenação do Ministério das Mulheres.

SasiSUS

Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

SESAI

Secretaria Especial Saúde Indígena.

TI

Terra Indígena.

VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS

Projeto criado pela ONU Mulheres Brasil numa cooperação com a Embaixada da Noruega, por demanda das mulheres indígenas, com o propósito de apoiar a incidência política. O projeto tem como objetivo identificar pautas comuns de atuação política, norteando-se por cinco eixos: violação dos direitos das mulheres indígenas; empoderamento político; direito à terra e processos de retomada; direito à saúde, educação e segurança; e tradições e diálogos intergeracionais.



Figura 21 - Folhas do saber

O PERCURSO DO PROJETO

A elaboração da Casa da Mulher Indígena (CAMI) constitui um marco importante no esforço de formulação de políticas públicas interseccionais e estruturantes para mulheres indígenas, pautadas pela justiça epistêmica, pela reparação histórica e pelo reconhecimento da diversidade dos modos de vida dos povos indígenas no Brasil. A presente publicação, resultante da cooperação entre o Ministério das Mulheres, a Universidade de Brasília (FAU-UnB) e o Laboratório Mulheres, Arquitetura e Território (Lab.Mulheres), é a expressão concreta desse compromisso.

Mais do que uma cartilha técnica ou um manual institucional, este material configura-se como um dispositivo de letramento intercultural e étnico/racial, construído a muitas mãos, que articula narrativas, imagens, saberes ancestrais, mapas e análises críticas sobre a violência colonial, o protagonismo das mulheres indígenas e os desafios contemporâneos à construção de espaços seguros, acolhedores e culturalmente situados. Trata-se de uma publicação que nasce no interior de um processo de diálogo, formativo e coletivo, ativado pela escuta e pela circulação de saberes — indígenas, acadêmicos, jurídicos, territoriais e espirituais — em um território ainda marcado por silenciamentos e epistemicídios.

A CAMI emerge, nesse contexto, como muito mais do que um projeto arquitetônico: ela é uma proposição política inovadora, que tensiona as formas tradicionais de

pensar o acolhimento, a proteção e a produção do espaço para atendimento de mulheres indígenas em situação de violência. Sua concepção demanda um descentramento eurocêntrico e um deslocamento das práticas institucionais que reproduzem uma série de violências históricas, convocando arquitetas, urbanistas, gestoras públicas, antropólogas, defensoras de direitos e lideranças indígenas a um trabalho intercultural, no qual o território não é apenas chão ou moradia, mas corpo, memória, ancestralidade e direito.

O percurso que deu origem a esta publicação incluiu aulas ministradas por lideranças indígenas, como Joana Fernandes, oficinas participativas com mulheres indígenas de todos os biomas, rodas de diálogo com o Núcleo Takinahaky da Universidade Federal de Goiás, e análises críticas do contexto de violência de gênero e étnico/racial que incide sobre os corpos das mulheres indígenas. Nesse processo, consolidou-se a compreensão de que o enfrentamento à violência não se reduz a estruturas físicas ou protocolos legais, mas envolve uma reconfiguração radical no modo de elaborar e implementar políticas públicas, do cuidado e do reconhecimento da diversidade e plurinacionalidade indígena.

A publicação se alinha, portanto, aos princípios da interculturalidade crítica e à perspectiva de uma universidade contra colonial, que reconhece as epistemologias, cosmovisões indígenas como centrais à formulação de políticas públicas verdadeiramente plurais.

Esta publicação constitui um convite à reflexão, à responsabilidade institucional e ao engajamento ético com os povos indígenas. Que ela sirva como instrumento de formação crítica, como base para projetos arquitetônicos comprometidos com a vida e como referência metodológica para políticas públicas interseccionais, com ênfase no enfrentamento à violência contra mulheres indígenas. Que a CAMI se concretize como espaço de acolhimento e como território político de existência, resistência e ancestralidade para as mulheres indígenas.

Pagu Rodrigues
Indígena Fulni-ô

Socióloga formada pela USP e
Especialista em Indigenismo.



Figura 2 - Constelação Kaynar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Força Ancestral. Ilustração: Emilly Freire e Jusciel da Silva Cruz. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Capa.

Figura 2 - Constelação Kaynarú. Ilustração por Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 03.

Figura 3 – Aprendendo com a ancestralidade, adaptação da foto de Marcelo Camargo da Agência Brasil. In: MORENO, Saionara. Dia dos Povos Indígenas: educação contra estereótipos e preconceitos. Brasília: Rádio Nacional, 2023. Página 04.

Figura 4 – União à luta. Adaptação da foto de Mídia Ninja da Casa Ninja Amazônia, 2020. Disponível em: https://casaninjaamazonia.org/files/2020/07/49794364868_cf0c4a0cbe_c.jpg. Acesso em: mai. 2025. Página 11.

Figura 5 – Trançando mapa. Colagem: mapa de Curt Nimuendajú e adaptação da foto de Maria Ribeiro. NUMUENDAJÚ, Curt. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Belém: IPHAN, UFPA, EITA, 1944. Disponível em: <https://mapa-nimuendaju.iphan.gov.br/>. Acesso em: mai. 2025. Página 19.

Figura 6 – Mulheres Diversas. Adaptação da foto de Leo Otero / Cobertura colaborativa, 2024. Disponível em: https://assets.brasildefato.com.br/2024/09/image_processing20230419-27914-1v1er00.jpeg. Acesso em: mai.2025. Página 21.

Figura 2 - Constelação Kaynarú. Ilustração: Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 25.

Figura 7 – Mapa: Territórios indígenas por biomas. Criação: Carla Castro Rocha e Jéssica Ellen da Silva. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Páginas 27 e 28.

Figura 8 – Infográfico: Povos indígenas por biomas. Criação: Carla Castro Rocha, Jéssica Ellen da Silva e Sara Merhj. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Páginas 29 e 30.

Figura 9 – Permeando territórios. Adaptação da foto de divulgação do longa-metragem ‘As Hiper Mulheres’. Museu das Culturas Indígenas: São Paulo, 2023. Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/wp-content/uploads/2023/12/cena-do-longa-metragem-as-hiper-mulheres-1024x576.jpg> Página 31.

Figura 10 – Bacabá. Ilustração: Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 33.

Figura 11 – Traço do Brasil. Ilustração: Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 35.

Figura 12 – Infográfico: Línguas indígenas brasileiras. CAROLINA, Luana. Línguas Indígenas Brasileiras. LABVIS: 2019. Disponível em: <https://labvis.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/FINAL-FINAL-01.jpg>. Acesso em: mai. 2025. Páginas 37 e 38.

Figura 13 – Ecoar de Vozes. Adaptação da foto de Marcelo Camargo. Brasília: Agência Brasil, 2025. Disponível em: https://imagens.ebc.com.br/aDFKI84i-lf6hc4bFw3rUdkwVzYI=/770x0/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/2024/04/23/acampamento-terra-livre_mcamgo_abr_23042024-9.jpg. Acesso em: mai. 2025. Página 39.

Figura 14 - A chuva vem. Ilustração: Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 42.

Figura 15 – Aldeia na Língua de Sinais Indígena. Ilustração: Emilly Freire. Lab. Mulheres. Adaptação da Cartilha LIS – página 29. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_Linguas_Indigenas_de_Sinais_LIS_DIGITAL_26_11_2_compressed.pdf. Acesso em: mai. 2025. Página 44.

Figura 16 – Renovação das folhas. Ilustração: Livro dos Marcadores do Tempo: pesquisas indígenas sobre percepções ambientais e mudanças do clima. São Paulo: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2023. p. 90. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2023/09/livro-dos-marcadores-do-tempo/>. Acesso em: mai. 2025. Página 46.

Figura 17 – Conexão Ancestral. Adaptação da foto de Beto Ricardo. Acre: ISA, 2017. Disponível em: https://galeria.socioambiental.org/filestore/9/8/6_2a8477811e60772/986scr_wm_d0702544df1e280.jpg. Acesso em: mai. 2025. Página 47.

Figura 18 - Mariscar. Ilustração: Emilly Freire. Lab.Mulheres. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 50.

Figura 18 - Mariscar. Ilustração: Emilly Freire. Lab.Mulheres. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 53.

Figura 19 – Ramkokamekra. Adaptação de imagem do livro ‘Habitações Indígenas’. Disponível em: <http://www.ethnolinguistica.org/biblio:novaes-1983-habitacoes> Acesso em: mai. 2025. Página 56.

Figura 20 – Marcha da resistência. Adaptação da foto de Ed Alves / Correio Brasileiro. Disponível em: https://midias.correiobraziliense.com.br/_midias/jpg/2023/09/13/13092023ea_63-29454489.jpg. Acesso em: mai. 2025. Página 57.

Figura 21 - Folhas do saber. Ilustração: Emilly Freire. Lab.Mulheres. Brasília: Lab. Mulheres, 2025. Página 64.

Figura 22 – Guerrilheiras. Adaptação da foto de Fábio Rodrigues Pozzebom. Brasília: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/wp-content/uploads/2023/09/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-fabiorodriguespozebom-agecc82nciabril-5.jpg>. Acesso em: mai. 2025. Página 67.

Figura 23 – Abraço maternal. Adaptação da foto de Maria Ribeiro. Disponível em: https://cdn-sites-images.46graus.com/files/photos/d1fb24f0/03f9f833-920f-4bba-8058-f6903b50e4ee/2016_chapada_aldeia_web-_mg_7143-600x900.jpg. Acesso em: mai. 2025. Página 77.

Figura 24 – Infográfico: Acolhimento. Criação: Amanda Pankararu, Jéssica Ellen da Silva e Sara Merhj. Lab.Mulheres. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Páginas 80 e 81.

Figura 21 - Folhas do saber. Ilustração: Emilly Freire. Lab.Mulheres. Brasília: Lab. Mulheres, 2025. Página 88.

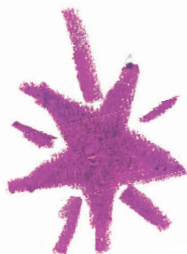
Figura 18 - Mariscar. Ilustração: Emilly Freire. Lab.Mulheres. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Página 98.

Figura 25 – Equipe Lab.Mulheres. Brasília, 2025. Página 99.

Figura 26 – Força Ancestral. Ilustração: Emilly Freire. Brasília: Lab.Mulheres, 2025. Contracapa.

Grafismos – Carla Castro Rocha, Jéssica Ellen da Silva e Sara Merhj. Brasília: Lab. Mulheres, 2025.

Figura 2 - Constelação Kaynarı



REFERÊNCIAS DAS AULAS

FERNANDES, Joana. Introdução às noções básicas para etnologia. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 29 jan. 2025. Notas de aula.

FERNANDES, Joana. Terras indígenas. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 11 fev. 2025. Notas de aula.

XERENTE, Anderson S.; TAPIRAPÉ, Koria V. Ontologias: saúde indígena e ontologias, e noção de pessoa. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 18 fev. 2025. Notas de aula.

VELOSO, Monica. Línguas indígenas brasileiras. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 25 fev. 2025. Notas de aula.

HERBETTA, Alexandre. Interculturalidades e Aldeia Intercultural Takinahaky. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 11 mar. 2025. Notas de aula.

APINAJÉ-AMMHAK, Maria. A.; KARAJÁ, Eliana. Mulheres, protagonismo e violência doméstica. Goiânia: Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG, 16 mar. 2025. Notas de aula.

RODRIGUES, Pagu. Violência de gênero e colonialismo no Brasil: uma análise histórica. Brasília: Ministério das Mulheres, 24 mar. 2025. Notas de aula.



Figura 14 - A chuva vem

BIBLIOGRAFIA

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUARDIÃS DA ANCESTRALIDADE. Carta das Originárias da Terra. Publicada em: 12 abr. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DIV2cvXuO-z/?igsh=MXMwOTJjN-Xk2aHRmeA%3D%3D&img_index=1. Acesso em: 12 abr. 2025.

BARRETO, C. A Construção Social do Espaço: de volta às aldeias circulares do Brasil Central. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 9, n. 1, p. 61-80, 2012. DOI: 10.18224/hab.v9.1.2011.61-80. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2210>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CAROLINA, Luana. Línguas Indígenas Brasileiras. Rio de Janeiro: LABVIS- Escola de Belas Artes UFRJ: 2019. Disponível em: <https://labvis.eba.ufrj.br/projetos/linguas-indigenas-brasileiras>. Acesso em: mai. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília: CIMI, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FERNANDES, Joana. Índio: esse nosso desconhecido. Cuiabá, MT: Editora Universitária, UFMT, 1993. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afernandes-1993-indio/Fernandes_1993_IndioEsseNossoDesconhecido.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

GOMES, Mércio. Os índios e o Brasil: ensaio sobre o Holocausto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Agomes-1988-indios/Gomes_1988_OsIndiosEOBrasil.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. Outras palavras para outros mundos possíveis: considerações epistemológicas em políticas interculturais. Ichán Tecolotl, v. 35, p. 1, 2024. Série: 386. ISSN 2683-314X.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA. Livro dos Marcadores do Tempo: pesquisas indígenas sobre percepções ambientais e mudanças do clima. São Paulo: Iepé, 2023. p. 90. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2023/09/livro-dos-marcadores-do-tempo/> Acesso em: 13 mai. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 7 abr. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Acervo. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1563>>. Acesso em: 29 abr. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: _____. O pensamento selvagem. Campinas, SP: Papirus, várias edições.

LÍNGUAS indígenas de sinais (LIS): [livro eletrônico] / organização de Altaci Correa Rubim, David Kaique Rodrigues dos Santos. Brasília, DF: Altaci Correa Rubim, 2024. (Campanha de Promoção da Década Internacional das Línguas Indígenas; 4). ISBN 978-65-01-20215-0. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_Linguas_Indigenas_de_Sinais_LIS_DIGITAL_26_11_2_compressed.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

MARTINEZ, Cirlene. Participação das mulheres na retomada Yvy Katu. In: PEIREIRA, L. M.; SOARES, T.; COLMAN, R. S. (Org.). Retomadas indígenas. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafug/catalog/book/617>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. 2. ed. rev. Brasília: Coordenada, 1972. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amelatti-1972-indios/Melatti_1972_IndiosDoBrasil_2ed.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

MORENO, Saionara. Dia dos Povos Indígenas: educação contra estereótipos e preconceitos. Brasília: Rádio Nacional, 2023. Disponível em: <https://agencia-brasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-04/dia-dos-povos-indigenas-educacao-contras-estereotipos-e-preconceitos>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. Coisas de índio. 4. ed. São Paulo: Callis, 2009

NUMUENDAJÚ, Curt. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Belém: IPHAN, UFPA, EITA, 1944. Disponível em: <https://mapa-nimuendaju.iphan.gov.br/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

NOVAES, Naiara. Ymaguare, ko'ang e ára: como essas concepções indígenas de tempo foram levadas para uma aula de História. Café História, 2024. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ymaguare-koang-e-ara-como-essas-concepcoes-indigenas-de-tempo-foram-levadas-para-uma-aula-de-historia/>.

Acesso em: 2 abr. 2025.

RIBEIRO, Darcy. Correspondência reunida: Herbert Baldus, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo: Gaia Cultural, 2006. p. 104.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://moodle3.ifsc.edu.br/mod/resource/view.php?id=423119>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. 2001. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies172/reportagens/linguagem/ling13.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. 2001. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies172/reportagens/linguagem/ling13.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas brasileiras. 1986. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Arodriques-1986-linguas/Rodrigues_1986_LinguasBrasileiras.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

RUBIM, Altaci Corrêa; SANTOS, David Kaique Rodrigues dos (Orgs.). Cartilha das Línguas Indígenas de Sinais (LIS). 1. ed. Brasília: Edição dos Autores, 2024. 46 p. Falta a citação da página 26 (RUBIM. 2024: 26)

SACHHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio; GLZ; FUNAI, 2012.

SCHILD, Jozileia Daniza; JAGSO, Inácio Jacodsen. Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: movimento e movimento nas redes. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SCARAMUZZI, Igor et al. Livro dos Marcadores do Tempo: pesquisas indígenas sobre percepções ambientais e mudanças do clima, 2023. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2023/09/livro-dos-marcadores-do-tempo/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, J. A. F. Terras e territórios indígenas: dilemas, avanços e dificuldades na demarcação e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil atual. Revista Habitus, v. 7, n. 1, 2012. DOI: 10.18224/hab.v7.1.2009. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2008>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, J. A. F.; PRAZERES, Rogério. A retomada Laranjeira Nanderu: territorialidade e conflito no cone sul do Mato Grosso do Sul. In: PEREIRA, Levi; PECHINCHA, Mônica; COLMAN, Rosa (Orgs.). As retomadas indígenas. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024. (Coleção Diferenças). Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/617/590/2436>. Acesso em: 12 abr. 2025.

APIRAPÉ, Koria Valdiane. A formação do corpo e da pessoa entre o Apyãwa: resguardos, alimentos para os espíritos e transição alimentar. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/623>. Acesso em: 12 abr. 2025.

TURNER, Terence. The Mëbêngôkre Kayapó: History, Social Structure, and Ritual. In: MAYBURY-LEWIS, David (Org.). The Handbook of South American Indians. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1995.

VIDAL, Lux Boelitz. O espaço habitado entre os Kaiapó-Xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupi), do médio Tocantins, Pará. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). Habitações indígenas. São Paulo: EDUSP, 1983. p. 35-50.

VIDAL, Lux. Os Kayapó – A casa e o mundo da mulher. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 75-90.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

XERENTE, Anderson Siminrhu. As regras de respeito e a noção de corpo e pessoa entre os Akwẽ Xerente. [Artigo manuscrito].

ÍNDICE REMISSIVO

A

acolhimento

73, 74, 75, 76, 77, 89

aculturação

8, 11, 97

ancestralidade

4, 28, 30, 48, 62, 79, 87, 93, 97

apagamento

9, 11, 97

C

classificação linguística

37, 97

colonialismo

3, 68, 91, 93

corpo

2, 10, 19, 36, 38, 39, 45,
47, 61, 95, 96, 93

cosmologia

19, 43, 47, 54, 56, 97

cosmovisão

29, 45, 46, 97

C

cultura

1, 2, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 16, 19,
28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 47,
49, 54, 55, 56, 57, 59, 65, 67, 68, 69,
72, 74, 80, 87, 91, 93, 94, 97, 93, 106

D

descolonizar

98

E

epistemologia indígena

98

estrutura circular

54, 56, 98

I

identidade

11, 21, 28, 29, 36, 39, 44, 45, 98

intercultural

2, 6, 54, 55, 56, 57, 59, 74, 91, 98

L

língua

2, 6, 10, 18, 19, 28, 29, 33, 36,
37, 38, 39, 40, 59, 88, 91, 93, 94,
95, 99

lógica extrativista colonial

68, 99

M

machismo

99

N

natureza

2, 18, 19, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 67,
99

P

pajé

45, 46, 99

R

racismo

8, 55, 65, 66, 68, 69, 72, 99

S

saberes ancestrais

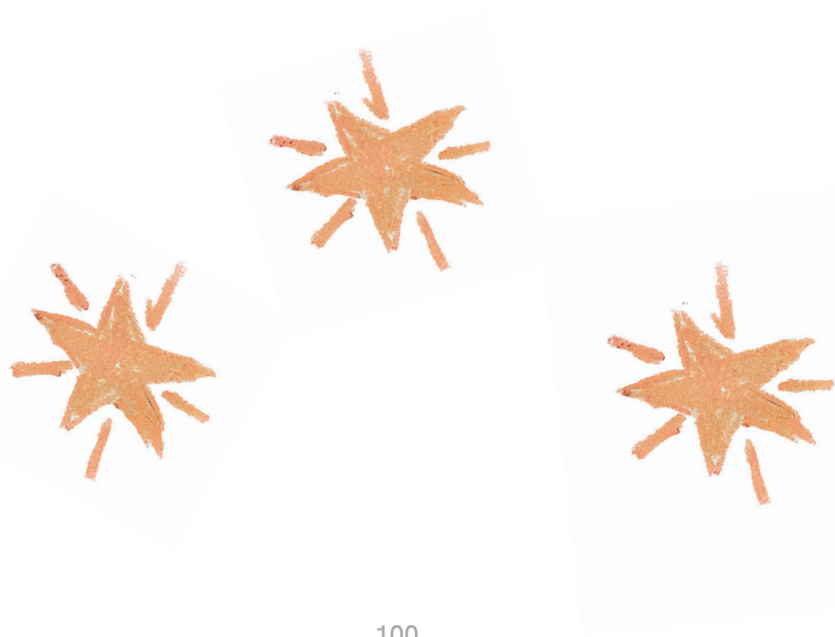
19, 67, 100

T

terras indígenas

2, 6, 31, 32, 68, 91, 100

Figura 2 - Constelação Kaynarú



MINI BIOS



Amanda Bezerra dos Santos

Assistente social e mestra pela USP, coordenadora do CRAM de Diadema. Indígena Pankararu, atua com gênero e direitos humanos. Colabora com o projeto Casa da Mulher Indígena. Integra o grupo LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



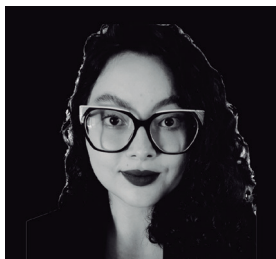
Carolina Pescatori Candido da Silva

Professora Adjunta da FAU/UnB e coordenadora do PP-G-FAU/UnB. Doutora em Teoria e História da Cidade, com pós-doutorado no CES-UC (Portugal). Líder do grupo Topos. Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Caroline Cabral Rocha Bertol

Arquiteta e Urbanista, mestre em Estética e História da Arte pela USP. Foi analista, assessora e professora em diferentes órgãos públicos com foco em meio ambiente, habitação, arquitetura e patrimônio. Atualmente é assessora de relações institucionais no CAU/SP. Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Carla Castro Rocha

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, bolsista no projeto Casa da Mulher Indígena. Foi presidente do CA-CAU-UCB e monitora da disciplina de projeto habitacional. Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Emily Freire Gomes

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UnB, com atuação em estética, negritude e políticas educacionais. Coautora do livro *Mulheres Indígenas e a Diversidade Cultural Brasileira*. Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Érika Stella Silva Menezes

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na UnB. Especialista em Gestão Educacional e Reabilitação Ambiental. Autora do livro *Pedagogia da Saudade*. Integra o grupo LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Jéssica Ellen da Silva

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, com pesquisa sobre participação feminina na cidade. Coautora do livro *Mulheres Indígenas e a Diversidade Cultural Brasileira*. Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Luiza Rego Dias Coelho

Arquiteta e Urbanista pela UnB, com intercâmbio no IIT (EUA). Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis e conselheira no IAB/DF. Atua em projetos culturais e de equidade. Integra o grupo LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.

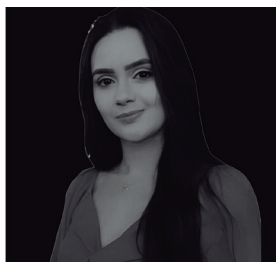
MINI BIOS



Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes

Professora Adjunta da FAU/UnB. Mestre pelo PROPARG/UFRRGS e doutora pela UnB. Coordena a Editora da FAU e a Revista Arqui.

Integra o grupo LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB e o Observatório Amar.é.linha.



Pollyana da Silva Bonfim

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB e pesquisadora PIBIC na área de Estruturas e Conservação de Edificações. Teve artigo premiado pela FAPDF e integra o grupo LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Sara Merhj

Arquiteta síria e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. Desenvolve pesquisa em resiliência urbana e reconstrução pós-guerra. Atuou como docente na Síria.

Integra o grupo de pesquisa LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Valmor Cerqueira Pazos

Mestre em Desenvolvimento Profissional e Educação pela UnB, técnico e professor da ETB. Coordena a pós-graduação em Reabilitação Sustentável e atua com fotogrametria. Integra os grupos LaSUS e LAB – Mulheres, Arquitetura e Territórios, da FAU/UnB.



Figura 21 - Folhas do saber



Equipe lab. mulheres, arquitetura | território:

Coordenadora geral: Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes,

Vice-coordenador: Valmor Cerqueira Pazos,

Supervisora acadêmica: Carolina Pescatori Candido da Silva,

Pesquisadoras:

Amanda Bezerra do Santos Pankararu,

Caroline Cabral Rocha Bertol,

Érika Stella Silva Menezes,

Luiza Rego Dias Coelho,

Sara Merhj;

Bolsistas de graduação:

Carla Castro Rocha,

Emilly Freire Gomes,

Jessica Ellen da Silva,

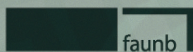
Pollyana Bomfim.

lab. mulheres arquitetura | território

O grupo inscreve-se na linha de pesquisa ARQUITETURA, CIDADE E TERRITÓRIO do PPG-FAU UnB e mantém parcerias com outros grupos nacionais e internacionais em torno do seu principal foco de pesquisa e estudos: arquitetura, cidade e mulher. Buscamos ampliar os estudos sobre a participação da mulher na cidade e revisar as invisibilidades históricas e estruturais. Para tanto, temos nos empenhado em pensar novas metodologias de análise, onde a lente principal é a mulher, contextualizando tal participação, relacionando-a com a historiografia da arquitetura moderna.

Buscamos revisitar as questões que relacionam a mulher na cidade e as transformações culturais, com o intuito de traçar novos enquadramentos teóricos; conhecer, estudar, catalogar e caracterizar os projetos produzidos por mulheres.

O trabalho do grupo repercute a partir de seus sites, publicações, assim como na atuação de seus membros em congressos, seminários, oficinas e cursos.



lab.
mulheres
arquitetura | território

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO